



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 063

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 25 DE AGOSTO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PPB	Duílio Genari
PT	Luciana Rafagnin
PDT	Neivo Beraldin
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Chico Noroeste
PPS	Waldir Leite
PSB	Doutor Luciano

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi (em licença) - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Garcia - Nelson Tureck (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PPS - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PSB - 02: Doutor Luciano - Reni Pereira.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 063ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
25 DE AGOSTO DE 2003**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Reni Pereira e Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Braddock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Nishimori, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Indicação:

INDICAÇÃO 075/2003

Exmo Sr. presidente do Paraná Esporte:

O deputado Reni Pereira dirige-se à V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - A criação, em âmbito estadual, de um programa denominado Sociedade, Esporte e Educação, como Geradores de Vida Saudável e Formação de Cidadão, conforme projeto piloto, em anexo, da lavra do professor de Educação Física, Marcos Antonio Ghisleri.

Sala das Sessões, em 25.08.2003.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Cada vez mais se materializa a necessidade da criação de programas e projetos que representem um acréscimo na qualidade de vida dos cidadãos. Aliados a tal fato, se junto com este objetivo fizermos concomitantemente o resgate social da juventude abandonada e desprovida, indubitavelmente estaremos cumprindo com os pressupostos norteadores da vida correta e responsável que se espera de todos militantes da atividade pública.

Por outro lado, o projeto contempla também a inserção da comunidade através da participação dos pais de alunos, bem como a ocupação positiva dos espaços públicos das escolas, geralmente ociosos nos finais de semana e feriados.

Assim, acreditamos que a presente indicação ofereça uma nova ferramenta de inserção dos jovens em atividades verdadeiramente nobres e positivas, dentro de uma realidade factível, devendo portanto ser analisada, e se possível, tornada real.

01 - Projeto

“Sociedade, Esporte e Educação, como geradores de vida saudável, e formação de cidadãos”.

02 - Justificativa:

O Colégio Estadual Dom Manoel Konner, foi fundado no ano de 1967, pioneiro desta cidade - Santa Terezinha de Itaipu, com aproximadamente 1.400 (mil e quatrocentos) alunos, matriculados no período matutino, vespertino e noturno. Possui quadra poli-esportiva coberta e bom espaço para se desenvolver a prática de esporte. No entanto a cidade não oferta muitas opções de lazer para as pessoas na faixa etária entre 10 e 15 anos. Assim sendo, esta parcela da população volta-se para os programas de TV onde na verdade não participa, é apenas mais um receptor e este fato gera ansiedade, obesidade e comodismo entre as crianças. A internet em alguns casos ofertam lazer visual que também não proporcionam atividades físicas e sociabilização.

A escola possui espaço para a prática desportiva, necessitando apenas de um professor de Educação Física, monitor e material esportivo, para que possamos desenvolver uma escolinha de Futsal para os alunos que estão matriculados na escola e a sociedade em geral. Este projeto proporciona a compatibilização entre o comportamento do aluno dentro e fora da escola, ou seja, o acompanhamento se dará através do professor da escolinha, secretaria da escola e pais dos alunos.

03 - Objetivo Geral

Desenvolver e oportunizar as crianças e adolescentes a prática sadia e integradora entre escola e comunidade através do esporte.

04 - Objetivos Específicos

- Ampliar o senso de responsabilidade e respeito;
- Evitar maus hábitos e ociosidade;
- Desenvolver o espírito de equipe e sociabilização;
- Integração e comunidade;
- Favorecer o pleno desenvolvimento físico-psíquico e social;
- Desempenhar papel de cidadão;

05 - Exigências ou condições para fazer parte do projeto

- a) Estar estudando.
- b) Frequência escolar de 80% (oitenta por cento)
- c) Ter um bom aproveitamento escolar.
- d) Participação assídua dos treinamentos e amistosos.
- e) Apresentar espírito coletivo, individual e equipe.
- f) Obedecer as normas da secretaria da escola e escolinha de esporte.

06 - Localização dos Treinos

- a) Colégio Estadual Dom Manoel Konner
- b) Quadra Esportiva.
- c) Campo de Futebol Suíço.
- b) Praia Artificial.

07 - Clientela a ser atendida

- Crianças e adolescentes de 10 a 15 anos.
- Comunidade escolar.

08 - Acompanhamento dos Participantes

- 1 - Exames Biomédicos.
- 2 - Desenvolvimento integral do aluno.
- 3 - Teste de esforço.
- 4 - Agilidade.
- 5 - Atenção visual e auditiva.
- 6 - Sociabilização (equipe, escola e comunidade)
- 7 - Disciplina individual e coletiva.
- 8 - Afetividade.
- 9 - Diminuição da agressividade e ansiedade.

09 - Cronograma de Atividades

- a) Inscrições e seleção dos candidatos e início das atividades teóricas e práticas.
- b) Amistosos com equipes da cidade.
- c) Participação em campeonatos municipal, regional, escolares, etc.

10 - Avaliação

A avaliação será conjunta (escola, comunidade, professor) observando o desenvolvimento e aproveitamento do aluno em todas as etapas do treinamento inerente a escola de futsal.

Paralelamente será observado a disciplina, aprendizagem, frequência, interesse na escola onde está regularmente matriculado.

11 - Carga Horária

- 20 horas semanais nos períodos contra-turno escolar.

- 06 horas semanais por turma divididas em categorias: (ano do nascimento)

Custo hora/aula professor: R\$15,00 - R\$300,00 (semanal) R\$1.200,00 (mensal)

Custo hora/aula monitor: R\$8,00 - R\$160,00 (semanal) R\$640,00 (mensal)

12 - Recursos Materiais

Quantidade	Material	Valor Unitário	Valor Total
20	Cones	R\$15,00	R\$300,00
40	Bolas borracha	R\$7,00	R\$280,00
40	Bolas plástico	R\$2,50	R\$100,00
20	Bolas oficiais	R\$50,00	R\$1.000,00
20	Arcos	R\$2,00	R\$40,00
02	Redes	R\$60,00	R\$120,00
50	Coletes	R\$8,00	R\$400,00
02	Uniformes (camiseta e calção)	R\$120,00	R\$240,00
02	Apito	R\$0,50	R\$1,00
02	Bombas	R\$7,50	R\$15,00
02	Bicos	R\$2,00	R\$4,00
Total			R\$2.500,00

13 - Conclusão

O principal objetivo da escolinha de futsal é contemplar o bom aluno, para que ele possa em seus momentos de lazer ocupar seu tempo com atividades saudáveis. É uma forma também de corrigir e oportunizar aqueles alunos que não apresentam boa conduta em suas séries escolares, dizendo a eles que dependendo somente de seu esforço para com os professores e escola, estarão habilitados a sua participação.

A escola já possui espaço físico apropriado e conhecido da comunidade escolar. Abrir as portas da escola a sua comunidade, será resultado de uma junção agradável e saudável para todos.

Requerimentos:**REQUERIMENTO Nº 1730**

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, a retirada da Ordem do Dia por 10 sessões, do Projeto de Lei nº 173/2003 de autoria do deputado Hermas Brandão, que estabelece compensações visando garantia a segmentos do setor agroindustrial e restabelecimento das condições de competitividade, diante de produtos importados do

exterior, afetados por regimes jurídicos que prejudiquem a livre concorrência.

Sala das Sessões, em 25.08.2003.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

Apoiamento:

José Maria Ferreira, Tadeu Veneri, Delegado Braddock, Elton Carlos Welter, Luciana Rafagnin.

REQUERIMENTO Nº 1731

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, a retirada da Ordem do Dia por 10 sessões, do Projeto de Lei nº 295/2003 de autoria do deputado Ratinho Júnior, que institui o sistema de bônus pecuniários e de pontuação para merecimento aos integrantes da Polícia Civil e da Polícia Militar em casos de apreensão de armas.

Sala das Sessões, em 25.08.2003.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

Apoiamento:

Tadeu Veneri, Delegado Braddock, Elton Carlos Welter, Luciana Rafagnin.

REQUERIMENTO Nº 1734

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 121, do Regimento Interno e atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER a anexação dos Projetos de Lei nºs 124/2003 e 432/2003, que declara de Utilidade Pública a Associação Centro de Prevenção, Tratamento e Recuperação Contra as Drogas do Vale do Ivaí - Cendrogasvai, com sede no município de Kaloré e foro no município de Jandaia do Sul.

Sala das Sessões, em 25.08.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1741

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 454/2003, de sua autoria, tendo em vista a existência de Lei nº 12566, de 02 de junho de 1999, concedendo o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Iósio Antonio Ueno, objetivo da proposição.

Sala das Sessões, em 25.08.2003.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 1742

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do projeto de lei de minha autoria, ainda sem número, lido no Expediente da Sessão Plenária do dia 20 do mês corrente, que solicita o

prédio do 3º Distrito da Polícia Civil do Jardim Bandeirantes em Londrina, para a construção de um Centro Cultural.

Sala das Sessões, em 25.08.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1746

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante V. Exa. para REQUERER a interrupção do processo legislativo com o respectivo arquivamento do Projeto de Lei nº 398/2003, que cria o Certificado de Responsabilidade Social no Estado do Paraná, proposição esta de minha autoria.

Sala das Sessões, em 25.08.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1722

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o envio do Projeto de Lei nº 271/2003, que dispõe sobre a obrigatoriedade de cardápio em linguagem braile em hotéis, restaurantes e similares, para que a Comissão de Finanças e a Comissão de Direitos Humanos possam manifestar-se através de parecer técnico, quanto ao mérito do referido projeto de lei.

Sala das Sessões, em 25.08.2003.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 1729

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER licença para tratamento de saúde pelo prazo de 20 (vinte) dias, conforme atestado médico em anexo.

Nestes termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, em 25.08.2003.

(a) ELZA CORREIA

ATESTADO MÉDICO

Atesto para os devidos fins que a Sra. Elza Pereira Correia Muller, está sob meus cuidados desde o dia 18/08/2003 até a presente data em tratamento de CID K 80.5 / K 80.2 / K 85.

Foi submetida no dia 19 e 20 de agosto de 2003 a colangiopancreatografia endoscópica retrógrada e Papilotomia Endoscópica. No momento está internada na Santa Casa de Londrina para também ser submetida à Colecistectomia por video laparoscopia.

Deverá permanecer afastada de suas atividades normais de trabalho por um período de 15 (quinze) dias a contar desta data.

Londrina, 21 e agosto de 2003.

(a) Dr. Issamu Onishi - CRM 4768

REQUERIMENTO Nº 1736

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER a realização de Sessão Especial em homenagem aos 30 anos de criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa e 28 anos de Embrapa - Soja, no dia 24/09/2003 - quarta-feira, às 14h30.

Sala das Sessões, em 25.08.2003.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Sessão Especial justifica-se pelos 30 anos de pesquisa realizados pela Embrapa e 28 anos de pesquisa da Embrapa-Soja, em prol da agricultura de nosso Estado.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, vinculada ao Ministério da Agricultura e do Abastecimento, foi criada em 26 de abril de 1973. Sua missão é viabilizar soluções para o desenvolvimento sustentável do agronegócio brasileiro por meio de geração, adaptação e transferência de conhecimentos e tecnologias, em benefício da sociedade.

A Embrapa atua por intermédio de 37 Centros de Pesquisa, três Serviços e 15 Unidades Centrais, estando presente em quase todos os Estados da Federação, nas mais diferentes condições ecológicas.

No Paraná, a Embrapa possui duas unidades de pesquisa, a Embrapa Soja, em Londrina, e a Embrapa Florestas, em Colombo.

Para chegar a ser uma das maiores instituições de pesquisa do mundo tropical, a Empresa investiu sobretudo no treinamento de recursos humanos, possuindo, hoje, 8.530 empregados, dos quais 2.045 são pesquisadores, 47% com mestrado e 49% com doutorado, operando um orçamento da ordem de R\$660 milhões anuais.

Está sob a sua coordenação o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária-SNPA, constituído por instituições públicas federais, estaduais, universidades, empresas privadas e fundações, que, de forma cooperada, executam pesquisas nas diferentes áreas geográficas e campos do conhecimento científico.

Tecnologias geradas pelo SNPA mudaram a agricultura brasileira. Um conjunto de tecnologias para incorporação dos cerrados no sistema produtivo tornou a região responsável por 40% da produção brasileira de grãos, uma das maiores fronteiras agrícolas do mundo. A soja foi adaptada às condições brasileiras e hoje o País é o segundo produtor mundial. A oferta de carne bovina e suína foi multiplicada por 3 vezes enquanto que a de frango aumentou 10 vezes. A produção de leite aumentou de 7,9 bilhões em 1975 para 20,3 bilhões de litros, em 2000 e a produção brasileira de hortaliças, elevou-se de 9 milhões de toneladas, em uma área de 700 mil hectares, em 1980, para 14 milhões de toneladas, em 850 mil hectares, em 1999. Além disso, programas de pesquisas específicos conseguiram organizar tecnologias e sistemas

de produção para aumentar a eficiência da agricultura familiar e incorporar pequenos produtores no agronegócio, garantindo melhoria na sua renda e bem-estar.

Na área de cooperação internacional, a Empresa mantém 275 acordos de cooperação técnica com 56 países e 155 instituições de pesquisas internacionais, envolvendo principalmente a pesquisa em parceria. Para ajudar neste esforço, a Embrapa instalou nos Estados Unidos, com apoio do Banco Mundial, um laboratório virtual para o desenvolvimento de pesquisa em tecnologia de ponta. Esse laboratório, conta com as bases físicas do departamento de Agricultura dos Estados Unidos, em Washington permitindo o acesso dos pesquisadores à mais alta tecnologia em áreas como recursos naturais, biotecnologia, informática e agricultura de precisão.

Pelo segundo ano consecutivo, o centro da Embrapa-Soja, em Londrina foi a melhor do País entre 40 empresas do setor avaliadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

A avaliação da Embrapa leva em conta - através de metas, objetivos e índices previamente definidos - a produção científica, o desenvolvimento de tecnologias e suas transferências ao público alvo.

A Embrapa-Soja tem como principal objetivo pesquisar sementes e viabilizar tecnologias para o desenvolvimento sustentável de soja, girassol e trigo. Cerca de 200 cultivares foram desenvolvidas geneticamente nos 28 anos de funcionamento. Atualmente, estas cultivares respondem por 60% da produção nacional de sementes de soja.

Criada em abril de 1975, a Embrapa-Soja realizou em 2002 mais de mil cursos, cerca de 1.600 palestras e 95 dias de campo. Entre janeiro e março deste ano, em parceria com a Fundação Meridional - nos Estados do Paraná, São Paulo e Santa Catarina - foram realizados 72 dias de campo sobre soja, nos quais estiveram presentes mais de 38 mil agricultores e técnicos.

REQUERIMENTO Nº 1737

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER a realização de Sessão Especial em homenagem aos 31 anos de criação do Instituto Agrônomo do Paraná - Iapar, no dia 10/09/2003 - quarta-feira, às 14h30.

Sala das Sessões, em 25.08.2003.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Sessão Especial justifica-se pelos 31 anos de trabalhos de pesquisa realizados pelo Instituto Agrônomo do Paraná - Iapar, em prol da agricultura de nosso Estado.

O Iapar foi criado em 29 de junho de 1972, e é uma entidade de administração indireta, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento. Tem sua sede em Londrina e como órgão de coordenação e execução da pesquisa agropecuária executada pelo governo do Estado,

é responsável pela geração e adaptação de novas tecnologias, visando a uma melhoria no processo de produção agropecuária do Paraná. Como órgão de pesquisa agropecuária a missão do Iapar é “gerar tecnologia adaptada às condições dos agricultores e às exigências dos consumidores e das agroindústrias de forma a promover o desenvolvimento sócio-econômico e o bem-estar da população paranaense, servindo como referência técnico-científica nacional e internacional.”

A estrutura organizacional da entidade compreende um nível de direção, um de assessoramento e um de execução.

O nível de direção é constituído por um Conselho de Administração e por uma Presidência. O nível de assessoramento é composto pelo Grupo de Planejamento Institucional, pela Assessoria Jurídica e pelo Comitê Técnico-Científico. O nível de execução é constituído pelas Diretorias Técnico-Científica, de Administração e Finanças e de Recursos Humanos.

O Iapar conta com uma infra-estrutura composta de uma sede, em Londrina, Norte do Paraná, dois Pólos Regionais de Pesquisa, um localizado em Ponta Grossa (direcionado para a região dos Campos Gerais) e outro em Curitiba (voltado para a região Sul do Estado), e 17 Estações Experimentais.

O Quadro de Pessoal conta com 906 servidores, sendo 116 pesquisadores (e graduados, 1 especialista, 59 mestres, 47 doutores, 6 pós-doutores), 39 analista em C&T (15 graduados, 14 especialistas, 9 mestres, 2 doutores), 224 auxiliares de nível médio (técnicos de laboratórios, técnicos de agropecuária, técnicos administrativos) e 524 agentes de apoio à pesquisa (pessoal de campo, auxiliares administrativos e de laboratórios, pessoa, de limpeza e conservação, etc).

O Iapar é o órgão oficial do Estado que detém acervo de competência técnica no âmbito de sua finalidade básica que é a pesquisa científica e tecnológica para o desenvolvimento rural do Estado do Paraná. Esta capacidade técnica tem sido mostrada na participação ativa do Instituto, tanto na formulação como na implementação de políticas públicas para o Estado. Neste aspecto, como órgão receptor de demandas, tem identificado oportunidades competitivas, contribuindo para a inovação de produtos e processo, em nível nacional e internacional. O embasamento científico e tecnológico e planos e programas governamentais tem garantido o desenvolvimento de áreas estratégicas como Agronegócio, Segurança Alimentar, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

O Laboratório de Biotecnologia Vegetal do Iapar integra o Projeto Genopar, uma rede de laboratórios no Estado do Paraná, interligada nacionalmente, com competência na área de Genômica Estrutural, Funcional e Bioinformática. O Iapar, representando o Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café, juntamente com a Fapeso e a Embrapa-Genargen, detém a coordenação nacional do Projeto Genoma Café, que tem

como objetivo estudos de genoma funcional desta cultura.

O Programa Manejo do Solo e Água do Iapar envolve o conhecimento e a pesquisa científica e tecnológica no âmbito dos recursos naturais, na preservação das áreas agrícolas e dos recursos hídricos do Paraná. A pesquisa em manejo e conservação dos solos é referência nacional e internacional. Outros temas estudados por este Programa são a caracterização do clima e bioclima; uso e manejo do solo e da água; uso e manejo de fontes alternativas de insumos; manejo e aproveitamento de recursos naturais; modelagem de dados sobre erosões.

O Programa Sistemas de Produção tem como papel integrar os demais programas de pesquisas e os vários setores da agricultura paranaense, levando demandas de pesquisa e validando as tecnologias geradas, fornecendo orientação metodológica, orientando estratégias de superação de restrições e aproveitamento de oportunidades, procurando aproximar o saber popular e o conhecimento científico.

Tem tido participação crescente em atividades acadêmicas de formação de pesquisadores e técnicos, por meio de inserção de seus quadros científicos no corpo docente de diversos cursos de graduação e de pós-graduação de universidades públicas. Atualmente pesquisadores orientam alunos de mestrado das áreas de Agronomia e de Ciências Biológicas da UEL e da UEM. Desde 1992, já orientou 285 estagiários do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/CNPq.

Com o objetivo de propiciar a reflexão sobre a temática da Integração Ciência e Sociedade, realizou em maio de 2002 o Fórum “Gestão de Interação Ciência, Tecnologia e Sociedade”, ano em que também lançou o livro “Ciência Tecnologia e Sociedade: o desafio da interação”.

Como órgão público atuante na área de Ciência e Tecnologia, o Iapar vem cumprindo seu papel social através da participação em processos de desenvolvimento que garantam a ampliação do nível de bem-estar da sociedade, especialmente em seu componente rural.

REQUERIMENTO Nº 1753

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, REQUER, na forma regimental, o uso do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 27 de agosto para este deputado e para o presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores) do Paraná, Sr. Roni Anderson Barbosa, em razão dos 20 anos de fundação desta central sindical.

Sala das Sessões, em 25.08.2003.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

A Central Única dos Trabalhadores - CUT, é uma central sindical mais importante do Brasil, congregando importantes sindicatos no Brasil e no Paraná, destacando-se pelas lutas e conquistas da classe trabalhadora, em um sindicalismo avesso ao corporativismo e defensor das

lutas sociais. Uma central sindical que vê o movimento sindical envolvido no movimento social, nas lutas políticas, e na construção de um Brasil diferente.

Pelo exposto, no ano em que comemora 20 anos de fundação, merece espaço nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO Nº 1728

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja transferida para o dia 16 de setembro, no horário regimental, a Sessão Solene em comemoração aos 168 anos de Revolução Farroupilha, que inicialmente foi marcada para 15 de setembro, conforme requerimento aprovado em 12 de agosto passado.

Sala das Sessões, em 25.08.2003.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 1718

Senhor Presidente:

O deputado estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, na condição de presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, com fundamento no artigo 53 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná, REQUER à Mesa, realização de audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, no dia 24 de setembro de 2003, a partir das 9h, a realizar-se no plenarinho da Assembleia Legislativa do Paraná.

A presente audiência terá por objetivo o debate das questões que envolvem a Cultura no Estado do Paraná.

Para prestar informações e manifestar os diferentes entendimentos, estarão presentes as seguintes autoridades, além de todos os interessados.

- Sra. Vera Maria Haj Mussi, secretária de Estado da Cultura;

- Sra. Eleonora Bonato Fruet, secretária de Estado do Planejamento;

- Sra. Eliane T. Berger, coordenadora do Fórum das Entidades Culturais de Curitiba e do Paraná;

- Sr. Claudio Ribeiro, do Fórum Permanente de Cultura do Paraná;

- Sr. Geraldo Pioli, presidente da Associação de Vídeo e Cinema do Paraná - AVEC.

Na audiência, o representante dos movimentos culturais apresentará as preocupações e demandas, cabendo às autoridades prestarem seus esclarecimentos e proporem soluções.

Dos debates e proposições será sistematizada uma proposta a ser encaminhada pela Comissão Permanente de Educação, Cultura e Esportes.

Aprovado esse requerimento serão tomadas as providências para convidar as mencionadas autoridades e organizar espaço físico, bem como ordem do dia.

O objetivo da presente audiência é ouvir os diferentes setores da Administração Pública e envolvidos com as questões relativas à cultura.

Dessa audiência surgirão subsídios e solicitações para que a Assembleia Legislativa do Paraná adote procedimentos que contribuam na melhoria da educação e cultura no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 25.08.2003.

(a) TADEU VENERI

REQUERIMENTO Nº 1739

Senhor Presidente:

Observadas as atribuições regimentais, a adiante nominada, deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa a constituição da Frente Parlamentar Antidrogas do Estado do Paraná, com a indicação de membros e suplentes promovida pelas lideranças partidárias com assento nesta Assembleia Legislativa.

Problema de efeitos nocivos a toda sociedade, a utilização indevida de drogas precisa ser encarada como responsabilidade de todos nós, cabendo a esta Casa de Leis participar da organização da sociedade nesta luta em busca de caminhos e combate à violência.

A iniciativa é séria no intuito de posicionar a Assembleia Legislativa, com a cooperação da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, bem assim de outros órgãos públicos e da sociedade organizada.

O Poder Público deve ocupar o respectivo espaço, permitindo à sociedade desenvolvimento sem dependência do crime organizado, cuja violência tem assustado a todos.

Sala das Sessões, em 25.08.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

Apoiamento:

Delegado Bradock.

REQUERIMENTO Nº 1716

Senhor Presidente:

O deputado estadual Delegado Bradock, dirige-se a V. Exa. para expor e REQUERER voto de pesar aos familiares da Sra. Catarina Ramos, vítima de acidente de trânsito na PR-160, no dia 13 de agosto de 2003, residente na Rua Alzemira Borges de Oliveira 27 - O Bairro Bela Vista - Imbaú-PR, CEP: 84.250-000, pessoa muito estimada pela sociedade local.

Sala das Sessões, em 25.08.2003.

(a) DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

A Sra. Catarina Ramos fazia parte da sociedade da cidade de Imbaú, conhecida como sendo pessoa idônea, trabalhadora e amiga, merecedora da consideração dos moradores da região e de todo o Estado.

Neste termos, justifica-se o requerimento de voto de pesar à Sra. Catarina Ramos.

REQUERIMENTO Nº 1751

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, deputado que este subscreve, pede a inclusão nos Anais da presente Sessão, de voto de pesar pelo falecimento, aos 85 anos, em Curitiba,

a 23 de agosto, do Dr. Celso Sabóia, que presidiu o Badep - Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná, o Banestado, integrou a equipe de direção do Banco Central do Brasil, e foi deputado federal pelo Paraná.

Sala das Sessões, em 25.08.2003.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O ilustre paranaense foi servidor público de escol, pautou sua trajetória de vida pela honradez e pela busca do bem comum. Célebre sua luta pela preservação do Badep, onde a visão estratégica que possuía, ficou clara à opinião pública.

Celso Sabóia enfrentou o governador da época, mostrando a insensatez, depois comprovada pela história, de destruir o nosso Banco de Desenvolvimento, incorporando as funções de fomento ao Banestado.

Acabaríamos por perder os dois Bancos, como - posso dar testemunho - o próprio Celso Sabóia previu na tribuna desta egrégia Assembléia, alertando, com lucidez e conhecimento, os deputados de então.

O desastre que sobreviria ao sistema financeiro paranaense não teria ocorrido se o então governador Álvaro Dias tivesse ouvido Celso Sabóia.

Importa, porém, lembrá-lo pelos milhares de empregos criados na Cidade Industrial de Curitiba, e nas dezenas de outras cidades, indústrias, cooperativas, empreendimentos, que brotaram de sua notável visão estratégica.

Há que ser evocado, neste Paraná, onde lamentavelmente, prevalece o triste costume de uma antropofagia de valores e de um silêncio invejoso, embasado na mediocridade, com os que são grandes, com os que são nossos.

Celso da Costa Sabóia deixa viúva a senhora Cléa Catta Preta Sabóia e as filhas Cleusa, Clarice e Clio.

As mais sentidas condolências desta Assembléia Legislativa, de todos os paranaenses, deverão ser encaminhadas ao endereço: Av. Visconde de Guarapuava, 1535 - ap. 112 - CEP 80060-060.

Sala das Sessões, em 25.08.2003.

(a) RAFAEL GRECA

REQUERIMENTO Nº 1723

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações ao Conselho Regional de Psicologia, pela passagem do Dia do Psicólogo, a ser comemorado dia 27 de agosto.

Requer ainda, que se dê ciência ao Sr. Dionísio Banaszewski, presidente do Conselho, através de correspondência a ser encaminhada à Av. São José, 699 - CEP 80050-350 - nesta Capital.

Sala das Sessões, em 25.08.2003.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 1724

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações ao Sindicato dos Corretores de Imóveis no Estado do Paraná, pela passagem do Dia do Corretor de Imóveis, a ser comemorado dia 27 de agosto.

Requer ainda, que se dê ciência ao Sr. Daniel Fuzetto, presidente do Sindicato, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Marcehal Deodoro, 497 - Conjunto 08 - nesta Capital.

Sala das Sessões, em 25.08.2003.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 1725

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações ao Sindicato dos Bancários do Paraná, pela passagem do Dia do Bancário, a ser comemorado dia 28 de agosto.

Requer ainda, que se dê ciência a Sra. Marisa Sté-dile, presidente do Sindicato, através de correspondência a ser encaminhada à Av. Vicente Machado, 18 - CEP 80420-010 - nesta Capital.

Sala das Sessões, em 25.08.2003.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 1726

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações a Associação Paranaense dos Avicultores, pela passagem do Dia da Avicultura, a ser comemorado dia 28 de agosto.

Requer ainda, que se dê ciência ao Sr. Tomowuki Harada, presidente da Associação, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Marcehal Deodoro, 252 - Conjunto 601 - nesta Capital.

Sala das Sessões, em 25.08.2003.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 1733

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao jornal Caiçara, de União da Vitória, pelo transcurso de seus 50 anos de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência a direção do referido jornal na pessoa da jornalista M. da Luz Augusto.

Sala das Sessões, em 25.08.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Paraná tem tradição, tem história e tem heroísmo. Nossa tradição não é baseada em lenda, não se formou por contos, nem por ouvir dizer. Nossa tradição, nossa história e a luta pela cidadania paranaense foram feitas sempre com coragem e com credibilidade.

Há 50 anos passados, o saudoso professor Didio Augusto, iniciava sua primeira edição do jornal *Caçara*.

Hoje, festejamos bodas de ouro desse importante jornal, que com a falta de Didio Augusto, que Deus chamou para o céu, seus filhos e netos continuaram a luta ininterruptamente sem esmorecimentos, na consolidação dos ideais de seu idealizador.

Como expressão da vontade majoritária de seus leitores e posição amadurecida de sua direção e colaboradores, com sua disposição permanente, vigilância na defesa intransigente da unidade federativa e da integridade territorial do Paraná. O trabalho dessa família do melhor nível e abalizada contribuição de colunistas, articuladores, esse jornal tem desempenhado com elevada responsabilidade o papel de informar e formar a opinião pública, cumprindo brilhantemente os objetivos e os ideais de seu idealizador o saudoso professor Didio Augusto.

Por todas essas razões, o Paraná tem motivos de sobra para se orgulhar do crescimento do jornal.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste deputado, congratula-se com a família Augusto nesta significativa passagem de bodas de ouro do jornal *Caçara*, na certeza de que todos continuarão na luta para o sucesso cada vez maior desse importante veículo de comunicação.

REQUERIMENTO Nº 1744

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado ao Colégio Estadual Dr. Xavier da Silva, de Curitiba, voto de congratulações pelo seu 100º aniversário, comemorado neste dia 25 de agosto, e que, do presente, se dê ciência à diretora, professora Maria Elisabete, extensivo aos professores e alunos.

Sala das Sessões, em 25.08.2003.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual Dr. Xavier da Silva está completando, neste dia 25 de agosto, um século de existência, dedicando-se de forma magnífica e exemplar a educação não só dos curitibanos mas do povo paranaense, com sua contribuição de forma decisiva na formação intelectual e educacional, preparando-os para a cidadania plena de

seus alunos, sendo testemunho marcante do fator histórico do Paraná.

Nesse período muitos alunos passaram pelo colégio, entre os quais podemos destacar o ex-aluno Wallace Tadeu de Mello e Silva, que muito contribuiu ao Paraná.

Xavier da Silva, foi um orgulho para o Paraná, o Colégio Estadual Dr. Xavier da Silva com sua história educacional e formação de cidadãos conscientes, é motivo de orgulho e honra para Curitiba.

REQUERIMENTO Nº 1750

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações aos paranaenses premiados no Festival de Filmes de Gramado:

“O preço da Paz” - longa metragem paranaense de Paulo Morelli (03 troféus Kikito).

“Paisagem de Meninos” - média metragem - 16mm de Fernando Severo (04 troféus).

Sala das Sessões, em 25.08.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 1727

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa que, após ouvido o Plenário, faça consignar na Ata dos trabalhos da presente Sessão, votos de louvor, pela passagem do Dia do Feirante.

Sala das Sessões, em 25.08.2003.

(a) DOUTOR LUCIANO

JUSTIFICATIVA:

As feiras-livres constituem-se na mais antiga modalidade de abastecimento de alimentos para as populações.

Em todas as cidades brasileiras, elas desempenham um papel de grande importância, fazendo parte da própria tradição cultural do povo e adquirindo, em certos casos, status de fenômeno fundamental para a promoção da cultura e do turismo cultural.

Em Curitiba, as feiras adquiriram e vêm desenvolvendo cada vez mais ao longo do tempo, um caráter que, para além do papel importante do abastecimento, da atividade econômica e de sustentação da vida de tantas famílias, se configura como patrimônio cultural da cidade.

Como deixar de louvar a pluralidade étnica das nossas feiras, com suas múltiplas manifestações gastronômicas? Bem como de nossas feiras temáticas e noturnas, sempre a oferecer, aliadas à alternativa do abastecimento agradável e de qualidade, oportunidades de lazer mais do que saudável?

Por essas e muitas outras razões ligadas à contínua luta dos nossos feirantes por melhores condições para exercício de seu ofício e para a melhoria da quali-

dade de seus serviço, é que prestando-lhes essa singela homenagem por ocasião da passagem do Dia do Feirante.

REQUERIMENTO Nº 1743

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de louvor à Juventude Socialista do PDT do Paraná, que realizou no dia 26 de julho do presente ano, seu 8º Congresso Estadual na Capital do Estado, Curitiba, no qual elegeu a nova Diretoria-Gestão 2003.

A referida homenagem, em nome do presidente eleito Elizeu Kocan e demais membros da diretoria, atinge também a todos os jovens filiados que lutam em defesa do PDT e da juventude paranaense.

Requer, também, envio de correspondência ao homenageado, da decisão de Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 25.08.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1745

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor aos Maçons da Grande Oriente do Brasil pelo Dia do Maçom, ocorrido no último dia 20. A maçonaria congrega atualmente no mundo, cerca de cinco milhões de pessoas; no Brasil seiscentas mil pessoas; e, no Estado do Paraná, são seis mil integrantes da Ordem Maçônica.

Neste contexto, trata-se de uma honra homenagear esta filosofia que prega o bem-estar da humanidade, e que, contando com sua reminiscência antológica, não passa despercebida pelos problemas da realidade brasileira hodierna, tais quais, a recessão econômica causada pelas elevadíssimas taxas de juros e insuportável carga tributária, as lesões aos direitos e garantias fundamentais, a falta de segurança, etc.

Solicito ainda, a especial gentileza em notificar o interessado, Sr. Paulo Maia de Oliveira, acerca do voto de apreço até o dia 01.09.2003, sito à Rua José Drulla Sobrinho, 361 Uberaba II, CEP 81.550-240, Curitiba, Paraná.

Sala das Sessões, em 25.08.2003.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 1752

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, deputado que este subscreve, pede a inserção nos Anais, de voto de louvor à renomada artista plástica Estela Sandrini, pela realização da exposição em Castro, onde apresenta 27 obras que recuperam a história da Casa da Praça, pertencente ao patrimônio histórico de Castro.

Seja este voto encaminhado à artista plástica Estela Sandrini, no endereço: rua Des. Aristochenes Bitencourt, 313 - Tarumã - CEP 82.800-040.

Sala das Sessões, em 25.08.2003.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Homenagear Estela Sandrini, artista plástica paranaense reconhecida nacional e internacionalmente, especialmente por esta exposição, que tem uma conotação especial para Estela, já que sua tataravó Emília Ericksen lecionou durante anos na cidade.

A artista está expondo 27 obras na Casa da Praça, em Castro, são 17 trabalhos em óleo sobre tela e dez monoprints que poderão ser vistos até o dia 2 de setembro do corrente ano. As pinturas são abstratas e recuperam a história da Casa. As telas dão continuidade aos registros deixados à mostra depois da restauração e que exibem como eram as antigas paredes, portas e janelas da tão bela Casa da Praça, patrimônio histórico de Castro.

Louvar o trabalho de nossa renomada artista no ano do sesquicentenário do Paraná, é lembrar aquilo que somos, e sonhar aquilo que poderemos ser, enquanto povo civilizado.

Fazer arte, apropriando o verso de Ranier Maria Rilke, é um pouco “transformar beleza em esperança”.

REQUERIMENTO Nº 1754

Senhor Presidente:

REQUER, nos termos regimentais, que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná conceda votos de aplausos e congratulações à Central Única dos Trabalhadores - CUT, que completa neste dia 28 de agosto de 2003, 20 anos de fundação, na pessoa do Presidente da CUT do Estado do Paraná, Sr. Roni Anderson Barbosa.

Sala das Sessões, em 25.08.2003.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

A Central Única dos Trabalhadores - CUT, é a central sindical mais importante do Brasil, congregando importantes sindicatos no Brasil e no Paraná, destacando-se pelas lutas e conquistas da classe trabalhadora, em um sindicalismo avesso ao corporativismo e defensor das lutas sociais. Uma central sindical que vê o movimento sindical envolvido no movimento social, nas lutas políticas e na construção de um Brasil diferente.

Assim a CUT merece, aliás nós devemos à CUT um reconhecimento por esses 20 anos de lutas e conquistas. Razão esta que requeremos votos de aplausos e congratulações à CUT, na figura do Presidente Estadual Sr. Roni Anderson Barbosa.

REQUERIMENTO Nº 1717

Senhor Presidente:

O deputado estadual Tadeu Veneri, infra-assinado, no uso de suas atribuições legais, submete à apreciação da Assembléia Legislativa do Paraná a proposição, que requer que seja apreciada a moção de apoio ao extinto

Jornal do Paraná, veiculado diariamente pela Rádio Transamérica Light em Curitiba.

Toda a equipe de jornalismo foi demitida no dia 22 de agosto de 2003, logo após a última edição do jornal. Faziam parte da equipe as jornalistas Deise Luz, Ligia Gabrielli e Luciana Pombo. Ainda faziam parte da equipe os estagiários Douglas Ritter e Daiane Cordeiro. A demissão foi justificada pela necessidade de a Rádio transmitir um jornalismo feito pela Rede Transamérica e que já é veiculado em outra emissora da capital paranaense.

Sala das Sessões, em 25.08.2003.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

O Jornal do Paraná era um noticiário que dava em primeira mão as principais notícias do Estado desde 1991.

As notícias eram dadas com imparcialidade e independência, características marcantes do jornalismo que a equipe promovia.

O Jornal do Paraná foi o responsável por furos jornalísticos históricos. Entre eles, envolvimento de policiais civis no assassinato do deputado estadual Tiago de Amorim Novaes, o suposto envolvimento do delegado geral João Ricardo Képes de Noronha com o crime organizado (sendo inclusive a primeira emissora a entrevistá-lo ao vivo logo após o *habeas corpus* concedido pela Justiça), irregularidades no Instituto Médico Legal que culminaram com o afastamento do então diretor Francisco Moraes e Silva, retirada das mulheres acampadas em frente ao quartel da Polícia Militar por melhorias salariais, suporte envolvimento de montadoras em remessas de dólares através das contas CC-5 para o exterior, entre outros.

A equipe de jornalismo sempre acompanhou todos os trabalhos promovidos pela Assembléia Legislativa - de sessões plenárias às CPI's - fiscalizando a ação dos parlamentares e cobrando soluções para os problemas apresentados pela população paranaense.

Apesar de sempre ser um programa crítico, o Jornal do Paraná recebia constantes elogios por parte dos próprios deputados estaduais, federais, vereadores e do próprio governador Roberto Requião.

Mesmo diante da eficiência da equipe de jornalismo da Transamérica Light, as profissionais receberam na sexta-feira a notícia de que o Jornal do Paraná havia chegado ao fim.

A diretoria justificou que a direção nacional havia conseguido um bom patrocínio para o noticiário da Rede Transamérica, que já era transmitido das 7h às 8h pela Transamérica Pop. A notícia pegou todos os componentes da equipe de surpresa. O Jornal do Paraná de segunda-feira, transmitido neste mesmo horário pela Light, estava sendo produzido e já havia um entrevistado marcado no estúdio (era o secretário nacional Antidrogas, que estaria de passagem pela cidade).

REQUERIMENTO Nº 1749

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Sr. Luiz Fernando Delazari, secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando o conserto de 20 (vinte) viaturas do 4º Batalhão da Polícia Militar de Maringá, as quais encontram-se paradas devido o seu precário estado de conservação.

Sala das Sessões, em 25.08.2003.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

O referido requerimento se justifica tendo em vista que cerca de 20 (vinte) viaturas pertencentes ao 4º Batalhão da Polícia Militar do município de Maringá encontram-se paradas devido ao seu péssimo estado de conservação.

Salienta-se que o número de viaturas que estão paradas equivale a quase 50% da frota de veículos da Polícia Militar no município, o que vem causando enormes transtornos aos munícipes, pois a estrutura deficiente impede que seja proporcionado segurança adequada à população maringaense.

REQUERIMENTO Nº 1719

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de pedido de informações ao delegado geral da Polícia Civil do Estado do Paraná, nos seguintes termos (em números e quantidades dos referidos municípios constantes na justificativa do presente expediente):

- 1) quadro efetivo em todos os níveis (delegado, escrivão, investigador, agente, carcereiro, etc.);
- 2) estrutura de locomoção (viaturas, motos e outros);
- 3) estrutura física de atendimento (número de delegacias, etc.);
- 4) estrutura prisional estatal e particular (número de internos, capacidade de ocupação e vagas disponíveis).

Sala das Sessões, em 25.08.2003.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Objetivando subsidiar um estudo comparativo nos serviços ofertados em Segurança Pública à população entre alguns municípios paranaenses considerados pelo seu porte e densidade populacional, solicito tais informações dos seguintes municípios:

Município	População
Almirante Tamandaré	88.139
Apucarana	107.819

Município	População
Arapongas	85.415
Araucária	94.137
Cambé	88.314
Campo Largo	92.713
Campo Mourão	80.420
Castro	63.546
Cianorte	57.360
Colombo	183.353
Cornélio Procopio	46.868
Fazenda Rio Grande	62.618
Francisco Beltrão	67.118
Guarapuava	154.990
Mandaguari	31.359
Marechal Cândido Rondon	41.014
Medianeira	37.800
Paranaguá	127.171
Pato Branco	62.167
Pinhais	102.871
Piraquara	72.806
Prudentópolis	46.323
Rolândia	49.404
Santo Antonio da Platina	39.947
Sarandi	98.189
Umuarama	90.621
União da Vitória	48.430

REQUERIMENTO Nº 1720

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de pedido de informações ao Comando Maior da Polícia Militar do Estado do Paraná, nos seguintes termos (em números e quantidade dos referidos municípios constantes na justificativa do presente expediente):

1) quadro efetivo em todos os níveis (comando, policiais, etc.);

2) estrutura de locomoção (viaturas, motos e outros);

3) estrutura física de atendimento (número de sedes, postos de serviços e unidades móveis).

Sala das Sessões, em 25.08.2003.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Objetivando subsidiar um estudo comparativo nos serviços ofertados em Segurança Pública à população entre alguns municípios paranaenses considerados pelo seu porte e densidade populacional, solicito tais informações dos seguintes municípios:

Município	População
Almirante Tamandaré	88.139
Apucarana	107.819
Arapongas	85.415
Araucária	94.137
Cambé	88.314
Campo Largo	92.713
Campo Mourão	80.420
Castro	63.546
Cianorte	57.360
Colombo	183.353
Cornélio Procopio	46.868
Fazenda Rio Grande	62.618
Francisco Beltrão	67.118
Guarapuava	154.990
Mandaguari	31.359
Marechal Cândido Rondon	41.014
Medianeira	37.800
Paranaguá	127.171
Pato Branco	62.167
Pinhais	102.871
Piraquara	72.806
Prudentópolis	46.323
Rolândia	49.404
Santo Antonio da Platina	39.947
Sarandi	98.189

Município	População
Umuarama	90.621
União da Vitória	48.430

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 012/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica instituído o Certificado Responsabilidade Social - PR - a ser conferido, anualmente, pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, às empresas e demais entidades com sede no Estado do Paraná que apresentarem o seu Balanço Social do exercício imediatamente anterior.

Parágrafo Único - Para fins do disposto no *caput* deste artigo, as empresas e demais entidades deverão encaminhar à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná o seu Balanço Social até o último dia do mês de junho do ano seguinte ao de referência do Balanço.

Art. 2º - Para os fins desta lei considera-se Balanço Social o documento pelo qual as empresas e demais entidades apresentam dados que permitam identificar o perfil da sua atuação social durante o exercício, a qualidade de suas relações com os empregados, o cumprimento das cláusulas sociais, a participação dos empregados nos resultados econômicos e as possibilidades de desenvolvimento pessoal, bem como a forma de interação das empresas e demais entidades com a comunidade e sua relação com o meio ambiente.

§ 1º - O Balanço Social de que trata o *caput* será assinado por contador ou técnico em Contabilidade habilitado ao exercício profissional.

§ 2º - Os dados financeiros constantes do Balanço Social deverão ser extraídos das respectivas demonstrações contábeis elaboradas na forma da legislação vigente.

Art. 3º - A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná tornará pública a relação das empresas que apresentarem o Balanço Social, nos termos desta Resolução, outorgando-lhe o certificado de Responsabilidade Social-PR.

Parágrafo Único - O certificado Responsabilidade Social-PR, de que trata o *caput* deste artigo, será entregue em Sessão Solene do Poder Legislativo Estadual.

Art. 4º - Dentre as empresas certificadas, a Assembléia Legislativa elegerá os projetos mais destacados, os quais agraciará com o Troféu Responsabilidade Social - Destaque PR.

Parágrafo Único - Dentre os aspectos a serem considerados por ocasião da escolha, constarão:

I - impostos, taxas, contribuições e impostos federais, estaduais e municipais;

II - folha de pagamento bruta o valor total da folha de pagamento incluídos os encargos sociais;

III - condições de trabalho - higiene e segurança de trabalho, número de acidentes de trabalho e número de reclamações trabalhistas;

IV - alimentação - restaurantes, tiquete-refeição, lanches, cestas básicas e outros gastos com a alimentação dos empregados;

V - saúde - plano de saúde, assistência médica, programas de medicina preventiva, programas de qualidade de vida e outros gastos com saúde;

VI - educação - treinamento, programas de estágios, reembolso de educação, bolsa de estudos, creches, assinaturas de revistas, gastos com biblioteca, e outros gastos com educação e treinamento de empregados ou seus familiares;

VII - aposentadoria - planos especiais de previdência privada, tais como: fundações previdenciárias, complementações de aposentadoria e outros benefícios aos aposentados;

VIII - outros benefícios - participação nos resultados econômicos, seguro, empréstimos, gastos com atividades recreativas, transportes e outros benefícios oferecidos aos empregados;

IX - contribuições para a sociedade - investimentos na comunidade nas áreas de cultura, esportes, habitação, saúde pública, saneamento, segurança, urbanização, educação, defesa civil, pesquisa, obras públicas, campanhas públicas e outros gastos sociais na comunidade, discriminando, inclusive, o número de horas destinadas por seu quadro funcional ao trabalho voluntário;

X - investimentos em meio ambiente - reflorestamento, despoluição, gastos com introdução de métodos não poluentes e outros gastos que visem à conservação e melhoria do meio ambiente, inclusive com educação e conscientização ambiental;

XI - número de empregados - número médio de empregados no exercício (registrados no último dia do período);

XII - número de admissões - admissões efetuadas durante o período;

XIII - políticas adotadas visando diminuir a exclusão de determinados segmentos sociais - descrição sintética de políticas adotadas pela empresa no sentido de diminuir a exclusão social através da admissão social de idosos, deficientes físicos e outros, no seu quadro funcional.

Art. 5º - A Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data de publicação desta resolução, constituirá comissão mista, com representantes de entidades da sociedade civil organizada para planejar o evento anual e

deliberar sobre os critérios que nortearão a escolha das empresas a serem agraciadas com o Troféu Responsabilidade Social - Destaque-PR.

Art. 6º - As despesas decorrentes da presente resolução serão cobertas pelos recursos orçamentários próprios, a conta do orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 7º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.08.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

O envolvimento da sociedade é fundamental para alcançarmos estágios mais avançados de abastecimento.

Assumir responsabilidades e não atribuí-las somente aos outros é fundamental para a mudança cultural do nosso povo. Todos nós somos responsáveis pela situação que vivemos.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 477/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ao estabelecimento comercial que fornecer, ofertar ou expor à venda produto em desacordo com o preço indicado e exposto em seus estabelecimentos ou propagandas é obrigatória a imediata indenização ao consumidor, consistente na entrega do produto adquirido sem ônus ao consumidor.

§ 1º - É vedado aos estabelecimentos comerciais ofertar ao consumidor produto igual, porém, com dimensões, cortes, quantidade ou peso distintos, em desacordo com a oferta inicial, exigindo-lhe preço diverso ou desproporcional ao produto inicialmente ofertado.

§ 2º - O consumidor que não receber imediatamente o produto sem o respectivo pagamento deverá acionar a Instituição de Proteção ao Consumidor local, que garantirá, a título de indenização, a imediata entrega de 10 (dez) vezes o valor do produto.

§ 3º - Independente da indenização imediata referida no *caput* deste artigo, deverá o consumidor informar a irregularidade ao órgão de proteção ao crédito, para fins de regularização ou aplicação de multa.

Art. 2º - Averiguada a existência de produto com preço contrário ao ofertado, deverá o estabelecimento comercial, imediatamente, alterar o valor do mesmo de acordo com o preço ofertado.

§ 1º - Não sendo possível a alteração do valor do produto, o estabelecimento comercial deverá retirá-lo de exposição ou impossibilitar seu acesso, até sua efetiva regularização.

§ 2º - A Instituição de Proteção ao Consumidor aplicará a pena de fechamento do estabelecimento comercial pelo prazo de 03 (três) dias ao estabelecimento comercial que não realizar a alteração do valor do produto de acordo com o ofertado ou não retirá-lo de exposição e somente poderá ser reaberto acaso sanada a irregularidade.

§ 3º - Em caso de reincidência do estabelecimento comercial em ofertar produto com preço em desacordo ao ofertado, a Instituição de Proteção ao Consumidor aplicará a pena de multa no valor de 1000 (mil) unidades Fiscais de Referência.

§ 4º - As multas aplicadas aos estabelecimentos comerciais reverterão em benefício da Instituição de Proteção ao Crédito, que aplicará o respectivo fundo formado em equipamento e sua manutenção.

Art. 3º - Ao consumidor que tiver de recorrer ao Poder Judiciário para garantir o cumprimento da presente Lei, será garantido, para efeitos de indenização, o pagamento do valor de 100 (cem) a 1000 (mil) vezes o valor do produto.

Parágrafo Único - É garantida ao consumidor a expedição, pelo órgão de proteção ao consumidor local que atendeu a solicitação, a emissão de certidão positiva, onde conste a origem e veracidade da reclamação.

Art. 4º - As entidades de proteção ao consumidor deverão manter funcionários em plantão, para garantir a proteção ao consumidor no período noturno, sábados, domingos e feriados, tudo de acordo com a necessidade habitacional local.

Art. 5º - Os estabelecimentos comerciais são obrigados a afixar a presente lei em lugar e tamanho de fácil visualização. O edital observará o tamanho de papel oficial e letras proporcionais às ofertas.

Parágrafo Único - O estabelecimento comercial que deixar de dar publicidade à presente lei, incorrerá em multa de 1000 (mil) Unidades Fiscais da Referência (UFIR) e, em caso de reincidência, em multa de 10.000 (dez mil) Unidades Fiscais de Referência.

Art. 6º - Os estabelecimentos comerciais deverão manter afixados em seus caixas o número telefônico e endereço dos órgãos de proteção ao crédito local, sob pena de incidência em multa de 1000 (mil) Unidades Fiscais de Referência e, em caso de reincidência, em multa de 10.000 (dez mil) Unidades Fiscais de Referência.

Art. 7º - A presente lei entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.08.2003.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 8078/90, conhecida como Código de Defesa do Consumidor, estabelece a obrigatoriedade da

correta informação sobre os produtos e preços apresentados pelos fornecedores.

O artigo 6º da referida lei dispõe sobre os direitos do consumidor, como:

“III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, **com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço**, bem como sobre os riscos que apresentem;

IV - a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços;

VI - a efetiva prevenção e **reparação de danos patrimoniais e morais**, individuais, coletivos e difusos;

VII - o acesso aos órgãos judiciários e administrativos com vistas à prevenção ou reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos ou difusos, assegurada a proteção jurídica, administrativa e técnica aos necessitados.”

Já o artigo 20, no tocante a responsabilidade por vício do produto ou serviço, no mesmo *Codex* determinou a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos e o abatimento proporcional do preço.

Quando a lei refere-se a oferta (artigo 30), determina que **“toda informação ou publicidade, suficientemente precisa, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação, com relação a produtos e serviços oferecidos ou apresentados, obriga o fornecedor que a fizer veicular ou dela se utilizar e integra o contrato que vier a ser celebrado”** e, mais adiante em seu artigo 35, estipula que se o fornecedor de produtos ou serviços recusar cumprimento à oferta, apresentação ou publicidade, o consumidor poderá, alternativamente e à sua livre escolha: I - exigir o cumprimento forçado da obrigação, nos termos da oferta, apresentação ou publicidade; III - rescindir o contrato, com direito à restituição de quantia eventualmente antecipada, monetariamente atualizada, e perdas e danos.

Por fim, a Lei de Defesa do Consumidor, estabelece que é defeso elevar sem justa causa o preço de produtos ou serviços.

Neste diapasão, insere-se oportuna a presente lei, no intuito de dar efetividade ao Código de Defesa do Consumidor, assegurando a ausência de desmandos por estabelecimentos comerciais em ofertar ou expor um produto, sem lhe garantir o preço.

A necessidade de tal medida registra-se no momento em que ao consumidor não lhe é garantida legalmente nenhuma segurança para efetivar seus direitos e, no entanto, aos estabelecimentos comerciais é dado o poder de subjugar o consumidor, posto que este não possui outro meio senão o acesso ao judiciário, o que, por vezes, torna-se inviável, seja pelo valor inexpressivo, seja pelo transtorno do próprio trâmite de uma ação na Justiça.

As multas aplicadas possuem o condão de não submeter os estabelecimentos comerciais a uma indústria da

indenização, bem como forçam-no a apresentar o produto de acordo com a oferta.

Sendo assim, apresenta-se a presente proposição, para submeter a apreciação desta Casa de Leis, e estando em conformidade com a legislação pertinente, espera-se contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente.

PROJETO DE LEI Nº 478/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam estabelecidos, para o Instituto Ambiental do Paraná (IAP, prazos definidos para respostas a pedidos elaborados junto aos seus órgãos, por pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado.

I - Os pedidos relativos à política de meio ambiente, recursos hídricos, cartografia e agrária-fundiária, deverão, de acordo com sua complexidade, serem respondidos no prazo máximo de 60 dias.

II - Em casos onde a matéria for de natureza complexa, em que se exija complementação de ordem técnica inovadora, o prazo para apresentação de resposta poderá ser prorrogado por mais 60 (sessenta) dias.

§ 1º - Os prazos começam a fluir a partir de efetivado o protocolo junto aos órgãos do IAP.

§ 2º - A partir da entrada em vigor da presente lei, o presidente do IAP deverá estabelecer, no prazo de 10 (dez) dias, portaria onde será fixado prazo para cumprimento das diversas espécies de pedidos, tudo de acordo com a complexidade da matéria, obedecendo ao prazo de 60 (sessenta) dias.

§ 3º - Os prazos estarão interrompidos, quando se fizerem necessários esclarecimentos sobre o pedido. Para tanto, o solicitante ser intimado no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

Art. 2º - O solicitante do pedido administrativo poderá entendê-lo como aceito, em caso de não ocorrer resposta após 90 (noventa) dias da formulação do mesmo junto ao IAP.

§ 1º - o solicitante somente poderá proceder de acordo com seu pedido após comunicar o IAP, sendo defeso qualquer extrapolção.

§ 2º - O solicitante deverá, ainda, estar munido de certidão, expedida no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, onde conste que seu pedido não foi apreciado.

§ 3º - Tendo o solicitante realizado o seu pedido sem comunicar o IAP, bem como de não se encontrar munido de certidão negativa, fica obrigado ao pagamento de multa entre R\$1.000,00 (mil reais) a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), em caso de ocorrer prejuízo ambiental pelo ato praticado, ficando também obrigado ao reparo do dano ambiental causado.

Art. 3º - Ao solicitante que sofrer danos e prejuízos pela ausência de atendimento ao pedido administrativo no prazo estabelecido é garantida a justa indenização, que compreenderá o pagamento do dano material, juros de mora a partir da ocorrência do evento danoso, correção monetária e o dano moral causado.

Parágrafo Único - Ao Instituto Ambiental do Paraná é obrigatória a manutenção de setor administrativo e verba específica para eventual correção de prejuízo causado, nos casos de solicitações não atendidas. As verbas e serviços serão destinados aos prejuízos tidos como imprescindíveis para a moradia e sustento do ofendido.

Art. 4º - Ao funcionário que der causa ao não cumprimento dos prazos para resposta aos pedidos, será aplicado as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - repreensão;
- III - suspensão;
- IV - multa;
- V - destituição de função;
- VI - demissão;
- VII - cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

§ 1º - As infrações deverão ser apuradas com o devido processo administrativo, onde serão garantidos os exercícios da ampla defesa e do contraditório ao funcionário público.

§ 2º - Em caso de culpa devida a negligência, será aplicada a pena de destituição de função.

§ 3º - Apurada a existência de dolo por parte do funcionário em caso de extrapolação do prazo para o atendimento ao pedido administrativo a pena aplicada será a de demissão; em caso do funcionário público ter auferido vantagem indevida em função do cargo, ser-lhe-á aplicada, também, a pena de cassação de aposentadoria.

Art. 5º - Em havendo prazos específicos, estabelecidos em outros diplomas legais, a presente lei se aplicará subsidiariamente.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor 30 (trinta) dias após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.08.2003.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei estabelece o prazo de 60 (sessenta) dias para o Instituto Ambiental do Paraná, para responder aos pedidos administrativos e consultas formuladas pelos cidadãos e por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

Tem-se conhecimento de que inúmeras solicitações administrativas deixam de ser atendidas em tempo hábil, causando prejuízos aos cidadãos e empresários.

Observa-se, também, que não possui o cidadão outra medida para conquistar seu direito que não se

socorrer ao poder judiciário. Ocorre, porém, que o mesmo apenas pode declarar o direito do cidadão e das pessoas jurídicas em obterem uma resposta, pelo fato da inexistência de legislação a respeito e da proibição em conceder antecipadamente a tutela face à irreversibilidade da medida se concedida de imediato, como podemos visualizar pelo seguinte arresto.

Processo: 135472700.

Origem: Terra Rica - Vara Única.

Nº do Acórdão: 23149.

Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível.

Relator: Péricles Bellusci de Batista Pereira.

Data de Julgamento: Julg: 10/06/2003.

Decisão: Acórdam os integrantes da primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em dar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do voto do relator. Ementa: agravo de instrumento - Ação Cível Pública - Reservatório de Rosana - danos ao meio ambiente - concessão de licença de operação definitiva - impedimento - tutela antecipada - retaliação - impossibilidade.

“Descabida é a concessão de tutela antecipada que não se destina a evitar ou reparar danos ambientais, mas serve apenas como medida de retaliação à requerida por não demonstrar interesse na reparação voluntária dos danos que já teriam sido produzidos. “Isto porque, não havendo definição judicial a respeito de tais danos é do dever de reparação, impedimento dos estudos ambientais a cargo dos órgãos oficiais (IAP e Ibama), em nada auxiliaria a pretensão do autor da ação civil pública, mas, ao contrário, privaria o juízo de parecer técnico que poderia até apontar irregularidades na atuação da requerida. “Ademais, para o caso, a tutela antecipada encontra-se, sendo devida sua cassação.”

Desta forma, o presente projeto visa a segurança do cidadão em obter uma resposta administrativa de seu pleito em tempo hábil, evitando-se, assim, prejuízos ao cidadão e ao Estado do Paraná, responsável objetivamente pelas omissões causadas pelos seus funcionários, como informa a Constituição Federal em seu artigo 37:

“§ 6º - As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurando o direito e regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.”

O presente projeto resguarda, também, a proteção ao meio ambiente, uma vez que impõe ao cidadão o reparo, se houver, do dano ambiental causado, bem como aplicação de multa.

Por outro lado, uma resposta ágil do Estado registrará um aumento na produção, na pesquisa, em empregos, entre outros, sendo, pois, necessária aos anseios dos cidadãos.

Sendo assim, apresenta-se a presente proposição, para submeter à apreciação desta Casa de Leis, e estando em conformidade com a legislação pertinente, espera-se

contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente.

PROJETO DE LEI Nº 479/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Clube dos Idosos de Nossa Senhora de Fátima, com sede e foro no Bairro Primavera, município de Guarapuava, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.08.2003.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Em conformidade com a Lei nº 6994/78, que dispõe sobre as normas para a declaração de Utilidade Pública de Sociedades Cívis, Associações e Fundações Constituídas no Estado do Paraná estamos apresentando a presente proposição, para declarar de Utilidade Pública o Clube de Idosos de Nossa Senhora de Fátima, com sede e foro no Bairro Primavera, município de Guarapuava.

Trata-se de uma Associação constituída e devidamente registrada, sem fins lucrativos; sendo fundada em 13 de dezembro de 1991, a entidade vem desenvolvendo uma política filantrópica e cultural, possibilitando aos seus associados uma maior integração com a comunidade, além de dar-lhes assistência terapêutica, através da prática de jogos, trabalho artesanal e outras atividades próprias à terceira idade, tem por objetivo e finalidade de acordo com seu estatuto artigo 3º, “de desenvolver a recreação, amizade, boa convivência entre seus membros; estimular a esperança, com uma cooperação mútua entre seus membros, por uma felicidade maior, nos últimos anos de suas existências; dar, dentro da possibilidade de cada membro, assistência aos mesmos e são considerados interesses precípuos do Clube, a justa compreensão e manifestação junto à comunidade, em dar assistência aos idosos, mesmo que não sejam pertencentes ao quadro associativo, dando-lhes o devido respeito, a fim de que não sejam marginalizados perante a família e a sociedade”.

Estando o projeto em conformidade com a legislação pertinente, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 480/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Vila Natal, com sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.08.2003.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

Nobres senhores parlamentares, tenho a honra de apresentar a Associação dos Moradores da Vila Natal, entidade sem fins lucrativos que muito vem contribuindo com o desenvolvimento da cidade de Curitiba, promovendo e contribuindo para a formação e desenvolvimento humano, cultural, social, econômico, bem como o bem-estar da comunidade.

Dentre os principais objetivos da Associação, temos a colaboração com o poder público, conselhos e outras entidades existentes na comunidade.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 481/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar para o município de Piraí do Sul, terreno urbano situado na sede do município, denominado “Fundo do Campo”, com área de 219.252 m2, devidamente matriculado sob o nº 3569, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Piraí do Sul.

Parágrafo Único - O imóvel referido no *caput* deste artigo, será utilizado, pela Prefeitura Municipal, para construção de casas populares e de um Centro de Convivência, não podendo ter destinação diversa, sob pena desta doação tornar-se automaticamente sem efeito, revertendo o imóvel e as benfeitorias que porventura venham a ser edificadas, ao patrimônio do Estado do Paraná, sem direito a futuros ressarcimentos, ficando ainda, gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.08.2003.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem a iniciativa de doar ao município de Piraí do Sul, imóvel de propriedade do Estado, para construção de casas populares e de um Centro de Convivência, empreendimentos que trarão enormes benefícios à população do município e região.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 482/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - As companhias seguradoras deverão proceder, mediante registro, a transferência de propriedade

dos veículos automotores sinistrados, inclusive os furtados e ou roubados com avaria, cujas indenizações tenham sido pagas como perda total, conforme dispõe o parágrafo único, do artigo 126 do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 2º - O Detran/PR, por ocasião da transferência de propriedade de veículos sinistrados para o nome das companhias seguradoras, deverá, além de exigir a documentação necessária, providenciar a anotação no cadastro do veículo, no campo destinado ao “restrições”, todos os dados referentes ao histórico do carro, especificamente a expressão “Bloqueado Res. 25/98 Contran”.

Art. 3º - Fica estabelecido que o Detran/PR exigirá ainda o laudo pericial emitido pela Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos, que identificará os danos, classificando-os conforme a Resolução nº 25/98 do Contran.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.08.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com objetivo de preservar o consumidor do nosso Estado, tendo em vista que a população está sendo vítima do comércio de automóveis salvados. O Departamento de Trânsito precisa dar condições ao cidadão para que o mesmo tenha certeza de idoneidade na compra de seu veículo.

As informações que serão anotadas pelo Detran/PR não deixarão mais que ninguém adquira um automóvel sem saber o que está comprando, fazendo valer o que manda o artigo 126, do Código de Trânsito Brasileiro:

“Art. 126 - O proprietário de veículo irrecuperável, ou definitivamente desmontado, deverá requerer a baixa do registro, no prazo e forma estabelecidos pelo Contran, sendo vedada a remontagem do veículo sobre o mesmo chassi, de forma a manter o registro anterior.

Parágrafo Único - A obrigação de que trata este artigo e da companhia seguradora ou do adquirente do veículo destinado à desmontagem, quando estes sucederem ao proprietário”.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 483/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído, no Estado do Paraná, o Prêmio Estadual de Cinema e Vídeo, destinado a fomentar a produção cultural de cinema e vídeo no Estado do Paraná, mediante a outorga de prêmios em moeda cor-

rente aos produtores das áreas de cinema e vídeo, na forma desta lei.

Art. 2º - Poderão ser candidatos aos prêmios instituídos pela presente lei somente produtores e empreendedores das áreas de cinema e vídeo sediados no Estado do Paraná, devidamente credenciados pela Secretaria de Estado da Cultura, credenciamento esse que far-se-á, obrigatoriamente, com a participação na Comissão Credenciante de representantes das associações de produtores culturais da área de cinema e vídeo.

§ 1º - A seleção dos candidatos e agraciados com o “Prêmio Estadual de Cinema e Vídeo”, no qual só poderão concorrer produtores e empreendedores sediados no Estado do Paraná, será feita pela Secretaria de Estado da Cultura, mediante composição de Comissão Especial que deverá ser formada por no mínimo 05 (cinco) membros a serem nomeados pelo governador do Estado do Paraná, sendo, obrigatoriamente:

I - dois representantes do Governo do Estado do Paraná, com notória especialização ou trabalho publicamente reconhecido na área de audiovisual;

II - dois representantes das associações representativas dos produtores e entidades da área de audiovisual, cinema e vídeo no Estado do Paraná, com notória especialização ou com trabalho publicamente reconhecido na área, que serão nomeados pelo governador do Estado a partir de indicações feitas pela entidade, estando impedidos de participar nessa comissão quaisquer pessoas que pretendem, direta ou indiretamente, concorrer ao Prêmio Estadual de Cinema e Vídeo.

III - o (a) secretário (a) estadual da Cultura.

§ 2º - A Secretaria de Estado da Cultura fará a publicação do edital de abertura para os fins de outorga do Prêmio Estadual de Cinema e Vídeo sempre até o final de abril de cada ano, devendo o prêmio ser outorgado até o final do mês de novembro de cada ano, em cerimônia pública especialmente convocada para o evento.

Art. 3º - O Prêmio Estadual de Cinema e Vídeo compreenderá as seguintes categorias e valores de premiação:

I - Longa Metragem: 01 (um) prêmio anual de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);

II - Média Metragem: 02 (dois) prêmios anuais de R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais);

III - Curta Metragem: 05 (cinco) prêmios anuais de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais).

Art. 4º - A Secretaria de Estado da Cultura fixará, num prazo de noventa dias, as demais diretrizes gerais do Prêmio Estadual de Cinema e Vídeo, e será o responsável pela sua supervisão.

Art. 5º - Os recursos do Prêmio Estadual de Cinema e Vídeo terão origem:

I - no orçamento da Secretaria de Estado da Cultura, especialmente destinados ao Prêmio Estadual de Cinema e Vídeo, cujo montante anual não poderá ser inferior ao valor total da premiação estipulada pelo artigo 3º da presente lei;

II - em outras fontes.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.08.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

A Arte - expressão da cultura de um povo, nos ensina a História da Civilização - é a manifestação do espírito do ser humano, a manifestação do que nele há de melhor e de mais rico. Na atualidade, uma das principais formas de expressão da arte humana se faz através das ditas "Artes Audiovisuais", do qual o cinema é a sua mais conhecida expressão. Mais do que forma de expressão cultural, o cinema em especial - e o audiovisual em geral - assumem, ainda, importância ímpar nos processos de consolidação econômica da área cultural, criando um mercado específico que, dentre outras virtudes, cimenta a identidade cultural daquela sociedade e possibilita informação de profissionais habilitados.

O Estado do Paraná, mercê do desempenho primoroso dos produtores de audiovisual nos vários Festivais de Cinema, é o único Estado da região sul do país que ainda não adotou o mecanismo de prêmios de produção audiovisual como forma de incentivo à essa forma de produção cultural.

Assim sendo, a presente lei - dando tratamento diferenciado às Artes Audiovisuais, com a instituição de um Prêmio Estadual de Cinema e Vídeo - permitirá específico incentivo para os projetos audiovisuais em desenvolvimento e a serem apresentados. Que, junto a Secretaria de Estado da Cultura, será outorgado por uma comissão integrada, exclusivamente, por pessoas que vivenciam as artes em questão, destacando o mérito do projeto e do empreendedor. Dessa forma, revestir-se-á a legislação de real respeitabilidade, cumprindo a finalidade social atribuída pela Política Cultural ao Poder Público de incentivo autônomo a cultura.

Em conclusão, a lei ora proposta - comprova recente pesquisa realizada pelo Ministério da Cultura, no que tange aos benefícios advindos das leis de incentivo à área em pauta - haverá, ainda, de fortalecer a economia deste Estado quando garantirá continuado e digno mercado de trabalho aos profissionais de audiovisual paranaenses, e abrirá, como já vem acontecendo em pequena escala, oportunidades de circulação de riquezas a vários segmentos sociais, os quais se relacionam, direta ou indiretamente, com a produção audiovisual e com a exibição das produções.

PROJETO DE LEI Nº 484/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam as maternidades e os estabelecimentos hospitalares públicos e privados do Estado do Paraná obrigados a realizar gratuitamente o exame de Emissões Otoacústicas Evocadas (Teste da Orelhinha) para o diagnóstico precoce de surdez nos bebês nascidos nestes estabelecimentos.

Art. 2º - O exame deverá ser realizado nas dependências dos respectivos estabelecimentos até a alta do recém-nascido.

Parágrafo Único - Não possuindo o estabelecimento hospitalar condições técnicas de realizar o exame, ficará este responsável pelo encaminhamento do mesmo junto a outro hospital apto a realizá-lo.

Art. 3º - A criança cujo teste apresentar falha deverá ser submetida a reteste, devendo ser agendado pelos estabelecimentos hospitalares preferencialmente até o 30º dia de vida. Confirmada a alteração auditiva a criança deverá ser encaminhada para a realização de exames complementares.

Art. 4º - Após os exames complementares, estabelecido o topodiagnóstico (local da lesão) e o grau de perda auditiva, a criança deverá ser submetida, quando necessário, ao processo de habilitação, adaptando-se o aparelho auditivo até o 6º mês de vida.

Art. 5º - Quando da alta do bebê, os estabelecimentos hospitalares fornecerão aos pais, juntamente com o protocolo para vacinação, um cartão contendo o diagnóstico do exame e, no caso de reteste, o dia que os pais deverão comparecer ao estabelecimento para realizá-lo.

Parágrafo Único - No cartão referido neste artigo, a ser confeccionado e distribuído pela Secretaria de Estado da Saúde, ainda deverá constar:

I - o nome dos pais;

II - dia e hora que o exame foi realizado, e o nome e o registro do profissional que o realizou;

III - dia e hora da realização do reteste quando necessário, e o nome e registro do profissional que o realizou.

Art. 6º - O cartão é documento obrigatório e deve ser anexado ao cartão de vacinação da criança quando da sua realização.

Art. 7º - Quando da realização da vacinação da criança, verificando o funcionário da saúde que a criança não possui o cartão ou que não consta no mesmo a realização do exame de emissões otoacústicas evocadas, este anotará o fato no cartão e advertirá aos pais a necessidade

de comparecerem ao estabelecimento hospitalar onde nasceu a criança para realizarem o exame, podendo comparecer ainda em hospitais públicos ou que recebam verba pública que estejam aptos a realizar os exames.

Art. 8º - Verificada pelo funcionário da saúde a não realização do exame por ocasião de nova vacinação este deverá notificar a Secretaria da Saúde, a qual determinará a visita domiciliar de um agente comunitário de Saúde que ficará encarregado de marcar o exame junto ao estabelecimento de saúde, certificando-se da sua realização.

Art. 9º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 dias a contar da data de sua publicação.

Art. 10 - Fica revogada a Lei nº 13.272, de 22 de agosto de 2001.

Sala das Sessões, em 25.08.2003.

(a) ARLETE CARAMÊS

JUSTIFICATIVA:

É diariamente vivenciado, em prática clínica e educacional por profissionais das respectivas áreas, que a qualidade da aprendizagem das crianças com deficiência auditiva está relacionada ao período em que a reabilitação teve início. Estudos confirmam que se a criança deficiente auditiva for estimulada nos primeiros meses de vida, terá um desempenho de linguagem compatível com o da criança ouvinte.

Atualmente a idade média do diagnóstico no Brasil é de 3 a 4 anos de idade (Instituto Nacional de Educação de Surdos - 1990), levando muitas vezes até 2 anos, entre a suspeita dos pais e a confirmação de alteração auditiva (Nobrega, 1994).

A adoção de medidas que estimulem o diagnóstico precoce promoverá uma melhor qualidade de vida e mais oportunidades às crianças deficientes. A implantação de Programas de Triagem Auditiva para todos os recém-nascidos, tem seu reconhecido valor na evidência de que quanto mais cedo for iniciada a reabilitação, melhores serão os resultados alcançados.

O diagnóstico postergado resultará falta de aproveitamento de um período crítico (os dois primeiros anos de vida) para o desenvolvimento da fala. Dentro desse período pode-se modificar o limiar auditivo para pior ou para melhor, dependendo da quantidade e qualidade dos estímulos auditivos, é o período de plasticidade neural da via auditiva (Ruben & Rapin, 1980).

A deficiência auditiva é um problema sério de saúde pública, afetando pelo menos 3 a cada 1000 recém-nascidos em nosso país. Para que se tenha uma idéia da importância da realização do teste, a fenilcetonúria, que é uma doença detectada através da realização do teste do pezinho, apresenta uma incidência de 1 para cada 1000 nascimentos.

Por não serem evidentes nos primeiros meses de vida, a deficiência auditiva é freqüentemente reconhecida

apenas por suas conseqüências. Para um adulto ouvinte, é difícil compreender a dimensão das conseqüências da Perda Auditiva Congênita (desde o nascimento) na vida de uma criança. A deficiência auditiva não detectada precocemente (até 3 ou 4 meses de vida) traz efeitos desastrosos no desenvolvimento geral da criança.

O bebê que não se beneficia de experiências auditivas nos primeiros meses de sua vida, não terá as condições naturais para o desenvolvimento de sua fala, tendo como principais conseqüências as dificuldades que seguem: auto imagem pobre, dificuldade em desenvolver comportamentos adequados para uma integração "normal" à sociedade, além de dificuldades educacionais e vocacionais, por não possuírem uma "linguagem interior", condição importante para o curso de seus pensamentos, faltando-lhe assim, o instrumento fundamental para seu raciocínio.

A reabilitação da deficiência auditiva se torna mais eficiente quando é detectada nos primeiros meses de vida, propiciando experiências auditivas para o desenvolvimento da linguagem.

Apesar de todas as dificuldades das crianças aqui apresentadas, todas as necessidades humanas normais permanecem intactas, inclusive a de manifestar-se.

Espera-se, portanto, com a presente lei, que os recém-nascidos portadores de alterações auditivas, recebam maior atenção e estimulação do que até a presente data. (Fga. Cristiane Pineroli Bochnia CRFa 6161).

É interessante esclarecer que a presente lei revoga expressamente a Lei 13.272/2001, que dispõe sobre o teste da orelhinha. Optou-se por revogá-la integralmente uma vez que tratava-se de lei de cunho autorizatório, que deixava ao Executivo a possibilidade ou não de implementar o teste da orelhinha.

Através do projeto ora proposto, além de tornar obrigatória a realização gratuita do teste da orelhinha em hospitais públicos e privados, estabelece prazos e mecanismos para sua efetiva implantação.

É indiscutível a importância do projeto e seu amparo constitucional e legal.

O artigo 227 da Constituição Federal, parágrafo 1º estabelece: "O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitida a participação de entidades não-governamentais e obedecendo aos seguintes preceitos:

II - criação de programas de prevenção a atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos".

O Estatuto da Criança e do Adolescente, já no título referente aos direitos fundamentais estabelece:

Art. 11 - É assegurado o atendimento médico à criança e ao adolescente, através do Sistema Único de Saúde, garantindo o acesso universal e igualitário às

ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde.

§ 1º - A criança e o adolescente portadores de deficiência receberão atendimento especializado.

§ 2º - Incumbe ao Poder Público fornecer gratuitamente àqueles que necessitarem os medicamentos, próteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação.

Ante todo o exposto, e considerando a relevância e o alcance social do presente projeto, o qual pode significar um futuro melhor para todas as crianças que nasçam com algum tipo de deficiência auditiva, gostaríamos de contar com os colegas desta Casa de Leis para sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, senhor deputado Tadeu Veneri.

O SR. TADEU VENERI

Obrigado, senhor presidente, senhores deputados boa-tarde.

Antes de iniciar o meu pronunciamento, gostaria de deixar registrado uma moção de apoio que apresentamos hoje, aos trabalhadores e às trabalhadoras que vinculavam diariamente o programa da Rádio Transamérica Light em Curitiba.

Toda a equipe de jornalismo da Rádio Transamérica que fazia o Jornal do Paraná já há mais de seis anos, foram sumariamente demitidos na última 6ª feira. Não há em princípio absolutamente nenhuma explicação para isso, a não ser o fato de que a rádio estaria cortando despesas, e por isso passaria a transmitir, esse mesmo programa, através de São Paulo.

Acho que nós perdemos com isso, deputado Braddock, porque ao longo desse tempo tivemos oportunidade de ouvir e saber as informações do Paraná, no horário das 7 às 8 da manhã, informações essas que eram transmitidas diretamente aqui de Curitiba para todo o nosso Estado e que, infelizmente a partir de agora, teremos apenas notícia de São Paulo. Um jornal que se mostrou sempre independente, que se mostrou coerente e que teve inclusive da parte de diversos deputados aqui desta Casa, reconhecimento e apoio.

Por isso, essa moção que apresentamos hoje, obviamente esperamos que seja aprovada por todos os senhores deputados.

Mas, o que me traz aqui, além desta moção de apoio deixei registrada aqui, é o fato de termos amanhã, deputado José Maria, está nas suas mãos um veto que foi solicitado e será apreciado por esta Casa e o senhor será o relator, que diz respeito a um projeto que nós apresentamos aqui junto com o deputado e presidente Hermas Brandão, com uma emenda do deputado Leite, e que prevê ampliação dos benefícios ou das prerrogativas que são dadas aos portadores de necessidades especiais.

Como todos os senhores sabem, hoje há uma lei que determina que as pessoas que têm um tratamento contínuo podem ter esse tratamento franqueado, o seu transporte franqueado.

E nós, através desse projeto, estendemos isso a todos os portadores de necessidades especiais quando devidamente registrado e devidamente encaminhados.

Qual não foi a nossa surpresa quando na última terça-feira tivemos conhecimento que esse projeto foi vetado pelo governador Roberto Requião, mas com um veto que em resumo sintetiza apenas a preocupação com o DNER. Diz o DNER, que segundo as informações que obtém, deputado Rossoni, traria mais gastos para as empresas transportadoras.

Ora, acho que os vetos que vêm a esta Casa têm que ser minimamente subsidiados de informações, para que nós possamos saber qual a razão real do veto.

Não posso concordar que a Assembléia Legislativa - e já dizia isso nos 8 anos que fiquei na Câmara Municipal de Curitiba - depois de exaustivas discussões, vote por unanimidade um projeto que, quando vetado, recebe o veto em três linhas! Três linhas, que não dizem quantos são os portadores de necessidades especiais, que se utilizariam do transporte em quanto encareceria esse transporte - se é que vai encarecer, quais são os prejuízos afinal que o DNER, segundo o seu diretor, vê nesse projeto de lei e que resume tudo isso ao interesse público, segundo o governo estadual. Não há, em nenhum momento, alegação de inconstitucionalidade, até porque não poderia haver, uma vez que foi aprovado por esta Casa. Não há, além disso, despesas diretamente do Tesouro, mas há, sim, o interesse em fazermos um debate necessário para que as pessoas, deputado Luciano Ducci, o senhor que trabalha na área de saúde sabe bem que hoje temos inúmeras pessoas que fazem tratamento contínuo e que não conseguem se deslocar da sua cidade de origem até o local de tratamento, por não poderem pagar a passagem. Nós sabemos que pessoas portadoras de necessidades especiais e que são pobres, literalmente pobres, que não podem pagar o ônibus, deixam de fazer esse mesmo tratamento em função, muitas vezes, de ter o tratamento gratuito, mas não ter o transporte.

Então, estamos aguardando, no dia de amanhã, o parecer do deputado José Maria. Obviamente que, independentemente do seu parecer, ele virá ao plenário e nós esperamos, deputado José Maria, o senhor tem tido sempre os seus pareceres com muito equilíbrio, reconhecemos isso, mas esperamos que o parecer possa ser contrário ao veto, e tenho certeza que o senhor, se isso for possível, fará porque, mais uma vez, repito: não é possível que nós, aqui na Assembléia Legislativa, aprovemos um projeto por unanimidade e recebamos um veto em duas linhas! Um veto não pode ser feito em duas linhas! Um veto que está simplesmente, em duas linhas, destruindo todo um trabalho que foi feito ao longo de meses, de debates, de discussões que têm como objetivo trazer à luz da discussão desta Assembléia, trazer melhorias benefí-

cios àqueles que não podem pagar esse mesmo transporte!

Surpreende-me, inclusive, esse tipo de veto, porque ele vem contra os mais pobres, vem contra aqueles que já são penalizados por terem uma doença e por isso fazerem o tratamento continuado ou terem uma necessidade especial, a qual, em absoluto, muitas vezes conseguem superar ficando em casa e por isso precisam fazer tratamento. Entretanto, vemos um veto de uma forma fria, de uma forma que não é sequer objetiva e de uma forma que não busca contemplar aquilo que foi votado aqui na Assembléia Legislativa, porque nem regulamenta a lei que já foi votada pelos senhores alguns anos atrás.

Então, por isso estamos aguardando a CCJ amanhã e, na sequência, esperamos fazer um debate com esta Assembléia, com este Plenário. Estamos comunicando o veto a todas as entidades estaduais e nacionais dos portadores de necessidades especiais para que saibam que houve o veto e saibam também que a Assembléia estará vigilante, e saberão, certamente, como nos comportaremos no dia em que for para votarmos esse veto.

Muito obrigado, senhor presidente e senhores deputados!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Luciano Ducci.

O SR. DOUTOR LUCIANO

Senhor presidente; senhoras e senhores deputados.

Inicialmente, queria me solidarizar com o deputado Tadeu Veneri sobre o veto, porque eu tive a oportunidade inclusive de ser o relator na CCJ desse projeto para os pacientes com necessidades especiais e também porque tivemos um projeto também, que é o Código de Usuários do SUS, onde o relator foi o deputado Elton Welter, e que tivemos a surpresa também de ter sido vetado pelo governador sem uma exposição clara de motivos.

Mas o que me traz aqui hoje nesta Sessão, é uma audiência pública que tivemos hoje pela parte da manhã, no plenarinho, com diversas entidades da área da saúde, de usuários, de trabalhadores, de Sindicatos e, coordenado por mim e pelo deputado Padre Paulo, fizemos um amplo debate sobre a questão do financiamento da área da saúde. E, principalmente, com tópicos de uma forma que traz muita preocupação para todo o nosso setor, e um se refere ao nível federal, que é a desvinculação dos recursos da área da saúde. Está se discutindo na Reforma Tributária, puxado por diversos governadores, a desvinculação dos recursos da área da saúde e da educação. E se começou, a nível nacional, um grande movimento para que não ocorra a perda de uma conquista histórica conseguida por esses dois setores na manutenção da vinculação dos recursos para o nosso setor.

E a segunda questão se refere à questão do orçamento da área da saúde em nível de Estado do Paraná,

focando principalmente o projeto de lei assinado por mim e pelo deputado André Vargas, projeto de lei que regulamenta o que são ações da área da saúde e o que são despesas da área da saúde. Nós apresentamos esse projeto no mês de março, pedimos regime de urgência no mês de abril e esperamos que na próxima semana ou nos próximos dias esse projeto venha à discussão na Casa, porque é um projeto de lei que garante hoje mais de trezentos milhões de reais por ano para o setor de saúde, projeto de lei que, se tivesse sido cumprido - a partir do ano de 2000 - nós não teríamos tido uma perda de seiscentos e quarenta e dois milhões, já contabilizados até o final de 2002, e mais de trezentos milhões este ano, quer dizer, a saúde em menos de três anos perdeu quase um bilhão de reais em investimentos no setor. Em cima disso, diversas entidades, diversas entidades do setor de saúde fizeram um manifesto que eu passo a fazer a leitura neste momento.

“As entidades signatárias deste manifesto apóiam - em defesa da saúde pública do Paraná - o Projeto de Lei nº 106/2003, de autoria dos deputados estaduais Doutor Luciano e André Vargas, que ora tramita em regime de urgência na Assembléia Legislativa do Estado.

O projeto em questão regulamenta no Estado a Emenda Constitucional 29, legislando como deverá ser calculado o valor a ser aplicado na saúde, onde os gastos deverão e onde não poderão ser aplicados. Com a emenda aprovada, a Saúde terá anualmente mais de 300 milhões de reais no seu orçamento”.

Mas, o mais importante são as entidades que assinam esse manifesto: Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, que é o Crefito; Conselho Regional de Psicologia; o Conselho Regional de Enfermagem do Paraná; o Conselho Regional de Serviço Social do Paraná; Conselho Regional de Nutricionistas do Paraná; Associação Brasileira de Enfermagem; Conselho Regional de Farmácia; Conselho Regional de Fonoaudiologia; Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná; Conselho de Biologia do Paraná; Sindicato dos Odontólogos do Paraná; Conselho Regional de Odontologia; Associação Brasileira de Odontologia; Conselho Federal de Medicina e Conselho Regional de Medicina do Paraná. Então, essas entidades, hoje, em reunião plenária, definiram pelo apoio à emenda e vão estar mobilizando todos os Conselhos Municipais de Saúde do nosso Estado, Conselho Estadual de Saúde, as Associações dos Portadores de Patologias e os usuários como um todo, para que realmente este projeto, a hora em que for discutido, tenha um apoio maciço para a sua aprovação. Com isso, esperamos conseguir esses novos recursos para o nosso setor.

Também temos procurado diversos presidentes de Partidos, já estivemos com o presidente do PPS, com o presidente do PSDB, o deputado que assina junto à presidente do Partido dos Trabalhadores, que é o deputado André Vargas. Estamos tentando mobilizar as lideranças dos Partidos, principalmente os que lutaram pela defesa da Emenda 29, para que ela acontecesse de fato, para que

se posicionem nesta Casa a favor da aplicação correta dos recursos para a área da saúde.

Era isso, senhor presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Com a palavra o deputado Jocelito Canto.

O SR. FRANCISCO BÜHRER (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu só gostaria de registrar a presença da vereadora de São José dos Pinhais, Lúcia Stocco, que está aqui presente, uma das grandes lideranças da região da Borda do Campo.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Fica registrado a presença da ilustre visitante nesta Casa de Leis.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Senhor presidente, igualmente tenho o prazer de comunicar a presença do vereador Januário Silvério, da Câmara Municipal de Assaí, que hoje está na nossa tribuna de honra, acompanhando os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Nossas boas-vindas ao ilustre vereador e a satisfação de tê-lo nesta Casa.

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, imprensa aqui presente.

O que nos traz à tribuna desta Casa, hoje, quero inicialmente me solidarizar com os profissionais da Transamérica FM, na figura de Luciana Pombo, grande profissional da imprensa do Paraná, e lamentar que um programa de tamanha audiência, que existia na Capital do Estado, foi abortado. Nós, que somos membros do rádio e passamos por isso, sabemos como é difícil.

Eu, recentemente, na posse da Erpe, quando ela fez um convênio com a Copel, vi o governador do Estado “puxar a orelha” da maioria das rádios difusoras do Paraná, que não lhe deixavam falar, quando ele era apenas um senador. Ele disse que ficou quatro anos esquecido, abandonado e jogado em um canto. Espero que o mesmo não tenha ocorrido, agora, em relação a essa emissora de rádio na capital do Estado. Pelo que se sabe, era uma linha que dava liberdade. Infelizmente, alguns políticos não gostam de liberdade; gostam de sacanagem.

Fica a minha solidariedade ao pessoal da Transamérica FM, na pessoa de Luciana Pombo e a todos os demais companheiros do rádio. Espero que não tenha dedo político de ninguém. Porque nós, que fazemos o rádio, que somos os radialistas e os jornalistas que fazem rádio, sabemos como é duro perder um programa de rádio, diário, em função da questão política ou publicitária das famosas verbas.

O que nos traz aqui, senhor presidente, é a vergonha que está nos jornais do Paraná, hoje. Está completando dois anos que Vila Velha está abandonada. Faz dois anos que Ponta Grossa, os Campos Gerais, que a principal cidade turística do Paraná, está jogada no lixo. A maior indústria que a cidade tem, que é o turismo, não pode mais funcionar! Mais de dois anos que inventaram um monte de coisas, que não pode isso, que não pode aquilo! Vila Velha foi o portal do turismo dos Campos Gerais e fazia com que muitos turistas viessem de fora do País, do Brasil, dormissem em Castro, em Tibagi, em Ponta Grossa, e que não estão vindo mais hoje! Vila Velha vai completar, em janeiro, o segundo ano de fechamento, e ninguém toma providência nenhuma! Obras foram feitas, gastou-se aproximadamente cinco milhões, e Vila Velha está abandonada! Só vê Vila Velha quem passa ao lado, e não se vê mais nada! E agora um incêndio, destruindo 10% do Parque Estadual de Vila Velha. É o descaso, o abandono! A maior fábrica que gera empregos, jogada em um canto, abandonada e esquecida!

Eu queria saber onde estão os ecologistas, que tanto ficam enchendo o saco e que deveriam ir lá apagar o fogo ou cuidar para não pegar fogo, porque eles adoram, fazer discurso de ecologia, dizer que não dá para andar aqui ou ali; querem derrubar uma igreja centenária que tem lá. Por que não foram apagar e prevenir o fogo?

Onde estão os famosos ecologistas, os que atrapalham o futuro? Vila Velha sempre funcionou bem, e agora, graças a esses camaradas, ela está abandonada, jogada em um canto e com isso deixa-se de gerar empregos e, principalmente, deixa-se de se gerar o turismo da região dos Campos Gerais.

Queria fazer aqui aos membros do governo, ao senhor governador Roberto Requião, que recentemente desceu de helicóptero lá, que ele tome uma providência, que seja enérgico como foi com os contratos que ele achou irregulares, do governo anterior! Que seja enérgico como foi com os bingos, que mandou fechar! Que seja enérgico como nas decisões que tomou! Que esta mesma energia ele tenha sobre Vila Velha, que tenha peito e coragem, depois de ter fechado o curso de Medicina para resolver o problema de Vila Velha, que é uma vergonha! Vamos para dois anos agora em janeiro, senhor presidente, e depois do recesso, vamos trazer aqui um bolo e a sociedade, para comemorar dois anos de um parque abandonado, um parque deixado de lado.

E o governo que diz que é corajoso, que diz que enfrenta tudo, que enfrente esses ecologistas e que reabra a maior indústria de Ponta Grossa, que está gerando empregos e que precisa abrir o turismo nos Campos Gerais, porque o começo do turismo nos Campos Gerais começa em Ponta Grossa!

Queria fazer este alerta aqui, neste dia, para que o governo do Estado seja rápido - é rápido quando quer fazer, agora quando não quer, faz de conta que não vê! Daqui a pouco vão dizer que o governador, quando quer,

é um verdadeiro serelepe, mas quando não quer, é uma verdadeira tartaruga!

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o deputado Reni Pereira.

O SR. RENI PEREIRA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Gostaria, primeiramente, de registrar a presença nesta Casa, do vereador Elcio e do prefeito Schimiel, da cidade de Quedas do Iguaçu, que estão prestigiando a Sessão de hoje.

Senhores deputados, na semana passada, desde segunda-feira, até quinta-feira, estivemos em Brasília, acompanhando o desfecho e apresentação do relatório na Comissão Especial de Reforma Tributária. Estivemos lá com a deferência do deputado José Maria e do deputado Durval Amaral, membros da Comissão, representando esta Casa e também tentando envidar esforços para que alguma coisa de bom nós conseguíssemos, nesta reforma, para o Estado do Paraná.

Já na segunda-feira, quando chegamos à noite em Brasília, o deputado Eduardo Sciarra nos franqueou uma cópia do relatório. Posteriormente foi pedido vista coletiva do relatório, o que prorrogou por 48 horas a leitura do mesmo pelo deputado Virgílio Guimarães no tocante à Emenda Constitucional nº 41.

Na terça-feira, pela manhã, já tínhamos dado uma breve leitura no relatório, e num debate que tivemos no gabinete do deputado Osmar Cerraglio, surgiu a idéia em cima de um princípio que está sendo consagrado no relatório que é o princípio do quase existindo que poderíamos defender o interesse do Estado do Paraná e dos demais Estados produtores de energia elétrica e de petróleo.

Então, gostaria de registrar o agradecimento, nesta Casa, no dia de hoje, pela acolhida que tivemos e o acompanhamento dos deputados paranaenses, principalmente aqueles que fazem parte da Comissão Especial da Reforma Tributária, não só o deputado Sciarra, como o deputado Osmar Cerraglio, o próprio deputado Luiz Carlos Hauly, que nos acompanharam e nos posicionaram perante outros parlamentares da Comissão Especial para que pudéssemos argumentar no que se refere a isso.

Gostaria então de ler a minuta, senhor presidente, de um ofício circular que a Comissão Especial de acompanhamento estará fazendo na data de hoje, para todos os membros da Comissão Especial, bem como para todos os parlamentares dos Estados produtores de energia elétrica e de petróleo, para que possamos franquear-lhes este relatório, este entendimento que tivemos do relatório, para que eles possam somar esforços com a bancada do Paraná no sentido de reverter pelo menos parte desse prejuízo que o Paraná vem tendo desde a Constituição de 1988. Este ofício também será endereçado ao governador Roberto Requião e aos demais governadores dos Estados

produtores de energia elétrica e petróleo, até porque predomina o entendimento, principalmente da bancada aliada lá no Congresso, de que a emenda da Reforma Tributária não é uma emenda única e exclusivamente do presidente Lula; ela é dos 27 governadores que assinaram e desceram a rampa do Planalto.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a V. Exa. mais um minuto para concluir o seu pensamento.

O SR. RENI PEREIRA

Então, o que deveria ter sido uma preocupação antes de ter assinado e descido a rampa do Planalto, vamos tentar colocar agora nessa fase do relatório, porque antes ainda é possível atenuarmos os danos que essa reforma pode causar, não só nos Estados, mas também nos municípios.

(Lê):

“A Constituição federal de 1988, ao par de consagrar inúmeras inovações no campo político e social da nação brasileira, no capítulo destinado à tributação, perpetrou uma enorme injustiça contra os Estados produtores de energia e petróleo, tratando tais produtos como exceção à regra, tributando-os no destino, quando a regra geral do ICMS tributa na origem todas as mercadorias.

As perdas dos Estados produtores foram e são enormes, a correção naturalmente era esperada na PEC 041/03, evidentemente que não de forma imediata, mas dentro de um gradualismo prudente, que seria contemplado na chamada reforma tributária.

Tal fato vinha sendo calorosamente discutido no âmbito da Comissão Especial da Reforma Tributária, junto à Câmara dos Deputados, cujo relator - deputado Virgílio Guimarães, acaba de apresentar seu relatório, inclusive com a aprovação da comissão, e, aparentemente mantendo o mesmo tratamento para as exceções aqui mencionadas.

Do exame do mencionado relatório, percebe-se que uma inovação na sistemática poderá dar novo rumo a questão - isto porque, está sendo preconizado o princípio do quase destino (art. 90, II do ADCT), que consistirá em cobrança, na origem, de quatro pontos percentuais para o Estado produtor. É neste ponto que precisamos unificar nossos discursos e ações, visando a aplicação, sem exceções, conforme se infere da interpretação do artigo mencionado e assim, corrigindo a histórica injustiça.

Isto posto, rogo a V. Exa., especial atenção e apoio às emendas que destaquem a adoção de tal princípio, isto porque, o texto estipula a aplicação uniforme do novo princípio em relação à regra geral do ICMS, ao final do período de transição de 08 (oito) anos. Por coerência lógica, não persiste crível a manutenção da distorção nefasta e injusta em relação ao petróleo e a energia elétrica, tendo em vista que tais produtos serão tributados de imediato no destino, e, que o relatório vislumbra, tratamento semelhante que será paulatinamente dado a todos

os produtos com a aplicação da alíquota interestadual única de 4%.

Coerentemente, se aprovado o relatório da maneira com que foi apresentado, em relação a energia elétrica e ao petróleo, urge a necessidade da aplicação de imediato da alíquota interestadual de 4%, mantendo sintonia lógica com o objetivo vislumbrado e ao mesmo tempo minimizando os efeitos da injusta exceção em relação aos Estados produtores, não causando, por outro lado, grandes impactos na arrecadação dos Estados consumidores”.

Essa alíquota interestadual única que está sendo preconizada para daqui a 8 anos em todos os produtos, nós estamos pedindo aos deputados e também aos governadores dos Estados produtores que argumentem da necessidade dessa coerência lógica de se atribuir, também, à energia elétrica e ao petróleo, esse princípio do quase destino. Grande parte dos Estados consumidores da energia elétrica gerada no Estado do Paraná, do Pará e assim por diante, eles têm 30, 40% da sua receita pautada no ICMS sobre o consumo de energia elétrica. Se conseguirmos fazer com que esta argumentação lógica seja acolhida pela Câmara Federal e pelo Senado, nós, ao mesmo tempo, vamos estar minimizando os efeitos injustos que há 15 anos são atribuídos aos Estados produtores de energia que exportam energia e não ficam com nada do ICMS. Aí estaremos contemplando, com 4% do valor da energia elétrica, e, ao mesmo tempo, garantindo com que os Estados consumidores continuem tendo a sua economia e a sua receita tributária em cima do consumo também.

Muito obrigado, senhor presidente e peço o empenho dos senhores parlamentares no sentido de enaltecermos que essa possibilidade pode vir a transformar-se num grande ganho para o Estado do Paraná e, por conseguinte, também, para os municípios que terão a fração de 1/4 dessa receita, que, se Deus permitir, estará retornando aos cofres do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor presidente, senhora deputada, senhores deputados.

Quero, no dia de hoje, fazer uma homenagem ao município de Guarapuava e também ao Governo do Estado do Paraná, porque há poucos dias o governador Roberto Requião autorizou a encampação, pelo Governo do Estado do Paraná, da Escola Superior de Ciências Agrárias - Esca, lá no município de Guarapuava. Uma escola que oferecia dois cursos, Agronomia e Veterinária, e era uma escola privada. E o Governo do Estado do Paraná, “preocupado com o ensino superior do nosso Estado”, assumiu mais uma faculdade estadual, mais dois cursos estaduais, como fez lá em Bandeirantes, na Facul-

dade Meneguel, agora no município de Guarapuava, a estadualização dessa escola Esca e, para nossa Ponta Grossa, deputado Jocelito Canto, nada! Para nossa Ponta Grossa a desculpa sempre é uma só: “Falta dinheiro! Não temos dinheiro para dar continuidade ao Curso de Medicina”. Só que, estamos vendo há alguns meses atrás, as Faculdades de Bandeirantes: 4 milhões e meio de reais lá foi investido para a estadualização daquela faculdade. Estamos vendo a Esca.

Parabéns aos deputados de Guarapuava, parabéns à população de Guarapuava que não vai mais precisar pagar para estudar, nem Agronomia e nem Veterinária, porque, agora, é de graça, nobre deputado Fernando Carli.

O senhor e o Artagão, dois representantes daquela cidade, que estão vendo, indiretamente, os benefícios chegarem aos estudantes de Agronomia e também de Veterinária da Esca. E nós vimos a nossa Ponta Grossa esperando, vimos o governo do Estado do Paraná direcionar para Londrina e para Maringá mais de 700 mil reais, para receber os alunos que passaram em Medicina e estavam nas salas de aula na universidade estadual!

Fico triste de ver a discriminação.

Parabéns aos guarapuavanos que estão recebendo investimentos do governo do Estado. Parabéns a Bandeirantes, que teve na Faculdade Meneguel a encampação do governo do Estado. E como até mesmo o senador Álvaro Dias, que deu entrevista esta semana em uma das emissoras de rádio da cidade de Ponta Grossa, e lá deputado Rossoni, deixou claro: Olha! Os estudantes da Faculdade Meneguel têm condições de pagar, era uma escola que aqueles que ali estudavam, pagavam, têm condições financeiras.

Com a estadualização, o dinheiro do povo, aquele dinheiro que poderia ser oferecido para os alunos que não têm condições de pagar, não foi direcionado. E foi direcionado sim, para aquela estadualização lá da Faculdade de Bandeirantes, que os alunos ali, que tem condições financeiras, não mais terão que pagar pela universidade.

Então, está ali mais uma discriminação para a nossa cidade de Ponta Grossa, que infelizmente está aguardando. O tempo passa e a cidade não cai na desesperança, porque o governo de quatro em quatro anos muda. Com certeza daqui quatro anos vai mudar, quem sabe, deputado Carli, deputado Elio, deputado Hermas Brandão, um novo governador vai ter a clareza, vai ter o equilíbrio para fazer com que o curso de medicina retorne para a Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Parabéns a Guarapuava.

Obrigado, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Artagão Júnior.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Senhor presidente, senhoras e senhores, deputados, senhores da imprensa.

Na verdade hoje gostaríamos de aproveitar a oportunidade para enaltecermos um trabalho sério e digno, que foi feito por este deputado e pelo governo que hoje administra o nosso Estado.

Na última semana, estivemos em Guarapuava, na Universidade Centro Oeste - Unicentro, formalizando a entrega do Decreto nº 1745, decreto esse que estadualizava os cursos de Agronomia e Veterinária, que eram administrados pela Esca, Escola Superior de Ciências Agrárias. Portanto, não estava ocorrendo lá, deputado Plauto, nem a encampação daqueles cursos e nem daquela escola, e, sim, a estadualização de uns cursos que na prática já tinham sido estadualizados pelo reitor daquela universidade, Carlos Alberto Gomes, em parceria com a Administração Municipal, prefeito Vitor Hugo Burco, que através de um convênio firmado em meados de junho de 2002, viabilizaram essa encampação, naquela oportunidade, pela Unicentro, a essa Escola Superior de Ciências Agrárias e ao Curso de Agronomia e Veterinária.

Portanto, desde o ano passado esses dois cursos e essa escola já funcionam por conta do Estado do Paraná, por conta da Unicentro, por conta da iniciativa e do desprendimento do nosso reitor e do prefeito Vitor Hugo, daquela cidade de Guarapuava. O que nós fizemos foi demonstrar ao nosso governador, com argumentos, com fatos e não com falácias, a necessidade e a importância dessa estadualização, desse reconhecimento de direito, uma vez que de fato ele já ocorrera à nossa região, à nossa Guarapuava, ao nosso Paraná e ao nosso País.

Nós sabemos que inúmeros estudantes, não só do nosso Paraná, mas de outros Estados, de São Paulo, de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, utilizam a estrutura da Unicentro, para se formarem, uma universidade que já projetou diversos profissionais, uns até trabalhando fora do nosso País.

O que cabe ressaltar aqui, é que não onerou nenhum real o Estado do Paraná. Esses cursos já estavam sendo pagos pela estrutura do Estado.

Hoje, o que o nosso governador fez, através da assinatura desse decreto, foi a oficialização dessa estadualização sem nenhum custo a mais para o Estado, simplesmente demonstrando que ele continua focado à importância da educação, do ensino do 3º Grau, mas que o governo passa por dificuldades essas que V. Exas, têm conhecimento, dificuldade essa deixada pelo governo anterior e, que ainda levaremos alguns meses para que possamos colocar o Estado do Paraná, com as suas finanças em ordem. Destacamos ainda, que o deputado falou que daqui há 4 anos, o nosso governo mude. Eu não tenho tanta certeza assim, porque a certeza que tenho é que estaremos fazendo um governo sério, fazendo um governo de transformação, um governo que vá efetivamente ao encontro dos anseios da comunidade, seja ela a comunidade carente ou a comunidade dos grandes empresários, mas um governo justo, igualitário, um governo que os paranaenses escolheram para fazer parte

da sua vida nesse momento de tamanhas necessidades e importâncias.

Concedo um aparte ao nobre deputado Plauto Miró Guimarães.

O Sr. Plauto Miró Guimarães

Nobre deputado, eu escuto e fico feliz de ouvir as suas palavras, quando diz que quem fez a encampação foi o governo anterior. O governo de agora, meramente homologou uma decisão que havia sido tomada lá, no ano de 2002.

Então, eu retiro todo o discurso que aqui eu fiz, porque eu li uma matéria, aqui, no jornal de Guarapuava, que citava essa questão que o governo reconhece a essa. Mas, se aconteceu lá, no ano passado no governo anterior, eu retiro tudo aquilo que eu falei. Fico feliz de que esses cursos tornam-se públicos, porque assim os alunos não têm que pagar.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

V. Exa. não devia ter permitido, porque no Pequeno Expediente não há aparte, mas, vou dar-lhe mais um minuto.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Muito obrigado, senhor presidente. Esclarecendo ao deputado Plauto, o que nós colocamos aqui para S. Exa. é que naquela oportunidade houve a encampação daqueles cursos por conta da Unicentro, por conta daquela parceria que foi firmada entre a Universidade e a Prefeitura. Desta feita foi viabilizada, foi formalizada a estadualização daquela escola, da Escola Superior de Ciências Agrárias, que se não ocorresse não teria como aqueles acadêmicos que estão se formando neste ano, a primeira turma que se forma terem nos seus diplomas inscritos Universidade do Centro Oeste. Não poderiam ter eles os seus cursos reconhecidos, como cursos ministrados pela Unicentro e, sem dúvida alguma, não teriam tanta valia como é se formar na Universidade do Centro Oeste.

Portanto, a encampação foi feita, no ano passado, a estadualização foi feita por esse Governo e, sem dúvida alguma merece a nossa congratulação, o nosso parabéns, porque foi uma medida corajosa, desprendida, que não foi realizada no último governo, do então governador que V. Exa. defendia.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não tem orador inscrito no Grande Expediente, pela Ordem deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (Questão de Ordem)

Na última segunda-feira, eu levantei uma questão de ordem, para o senhor presidente, no qual eu tenho vários requerimentos encaminhados e aprovado por esse Plenário e, eu não tenho recebido a resposta dentro do prazo regimental.

Gostaria que a Mesa tomasse as providências, para que tivéssemos essas informações, porque se eu tivesse essas informações em mãos, eu entraria no debate com o deputado Artagão, mas infelizmente já passou do prazo, o governador parece que deu 5 dias, para a resposta dos requerimentos. Não está sendo respeitado pelos secretários e que não estão respeitando também o Regimento Interno desta Casa, que é responder os requerimentos aprovados.

Gostaria que V. Exa. tomasse as medidas cabíveis para que eu tenha a posição dos requerimentos que fiz.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Vamos determinar à nossa assessoria que faça um levantamento de todos os requerimentos que não foram respondidos e vamos reiterar o pedido em Regime de Urgência.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

O deputado Natálio Stica, exercendo a presidência, determinou à Mesa que dentro de 48 horas eu seria informado. Essas 48 horas já está para lá de cem horas!

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)

Gostaria de fazer uma consulta: o governador Roberto Requião baixou um decreto determinando que todo parlamentar possa obter informações em cinco dias. Sabemos que a lei desta Casa o prazo é maior. O que tem mais validade?

O prazo dado pelo governador deve ser cumprido ou não?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

O que vale é a Constituição, que diz 30 dias. Está irregular a determinação do senhor governador.

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)

O decreto do governador é irregular?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

A Constituição fala mais alto que o decreto do Governador.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Mas o meu requerimento faz mais de 30 dias.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Gostaria de informar ao deputado Valdir Rossoni que a solicitação que V. Exa. fez ao vice-presidente Natálio Stica, foi respondida e encontra-se na sua assessoria. Estamos fazendo uma cópia para V. Exa.

Consulto as Lideranças do PL, PSL, PPS, PTB.

(Declinam)

No Horário da Liderança do PP, concedo a palavra ao deputado Fernando Ribas Carli.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Venho à tribuna para restabelecermos no tempo o acontecido há quase dois anos atrás.

Quando o deputado Plauto Miró vem à tribuna desta Casa e cita a notícia que a imprensa paranaense noticiou, de que os cursos de Agronomia e Veterinária de Guarapuava foram estadualizados, é verdade. Aconteceram, só que aconteceram em outro tempo.

Aconteceu no limiar de 2001. E quero lembrar a todos, quando foi feita uma emenda do então deputado estadual Cezar Silvestri, que aproveitando-se de um projeto em que o deputado Hermas Brandão criava a Universidade do Estado do Paraná, com a estadualização da Faculdade de Agronomia Luís Meneguel. Foi feita a emenda para a estadualização do curso de Agronomia e Veterinária mantida pela Escola Superior de Ciências Agrárias de Guarapuava. Não só esta, como de uma outra faculdade de Loanda. Uma emenda de autoria do deputado Luiz Accorsi, que hoje encontra-se licenciado.

Isso aconteceu em 2001. Naquele momento, como membro da Comissão de Orçamento, juntamente com o deputado Cezar Silvestri, fizemos a devida provisão orçamentária, para que o Estado tivesse rubrica orçamentária para custear esses cursos. Por isso mesmo, são verdadeiras as afirmações do deputado Artagão Júnior, quando diz que o curso já vinha sendo pago pelo Estado, porque já em 2001 nós pegamos a peça de orçamento e incluímos, mediante emendas, recursos para que a Unicentro pudesse manter esses cursos que antes eram mantidos pela FEG - Fundação Educacional de Guarapuava. Por isso funcionou e por isso está funcionando. Tivemos, agora, um decreto estadualizado, mas isso ainda é fruto do governo anterior.

Queria, aqui, deputado Plauto Miró, dizer o seguinte: Guarapuava não está satisfeita, não! Estamos ainda esperando uma promessa do governador Roberto Requião. Estão aqui os deputados Alexandre Curi e Artagão Júnior, que estavam presentes no comício, deputado Anibelli, deputado Dobrandino, um grande comício, inclusive com uma atração fantástica: aquela cantora Kelly Key, deputada Luciana Rafagnin, que fez um grande sucesso lá em Guarapuava, claro, junto com o discurso eloquente do então candidato Roberto Requião.

O governador Roberto Requião naquele seu estilo incisivo, deputado Zucchi, levando a sua mão afirmou: “se for eleito em seis meses eu implanto o curso de medicina na Universidade do Centro-Oeste”. Olha, já está terminando o mês de agosto, oito meses se passaram, deputado Alexandre Curi, e não ouvimos nada por parte do Governo do Estado a respeito do curso de Medicina em Guarapuava. O que tenho recebido são correspondências ou cartões de recomendação ou de lembretes do governador Requião dizendo que a avaliação dos cursos de Medicina do Estado do Paraná não são bons, não são os melhores cursos, e eu tenho dito que isso não é desculpa, acho que temos que fazer com que o governador

resgate o seu compromisso. Não foi comigo o compromisso, deputado Elio Rusch, foi com Guarapuava, foi com mais de vinte mil pessoas; dizem que tinha quarenta mil, eu fico na metade, vinte mil pessoas. Deputado Rossoni, são muitas testemunhas, foram vinte mil pessoas que viram e mais, deputado Dobrandino, tenho a fita, não só a fita gravada, deputado Bradock, mas tem também a fita de vídeo, o comício foi gravado! Vejam só, temos fitas de áudio e de vídeo porque realmente foi uma grande festa e é claro que a gente de Guarapuava ficou ainda mais empolgada com aquela determinação do governador Roberto Requião.

Então, deputado Plauto Miró Guimarães, quero dizer que nós, os guarapuavanos, nós os paranaenses do centro-oeste e centro-sul do Estado, não nos calaremos até que o governador resgate a sua palavra, cumpra o seu compromisso e implante na Unicentro o curso de Medicina.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Horário das Lideranças, consulto a Liderança do PFL se fará uso do seu horário.

Com a palavra o deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

É um momento de muita atenção, senhor presidente, porque vi nos jornais do nosso Estado do Paraná e ouvi uma entrevista do governador dada por telefone quando ele estava no Texas, visitando as empresas de energia dos Estados Unidos, daquela região do Texas, em que ele desautorizou a direção da Copel por ter dado um aumento de quinze ponto alguma coisa percentuais no valor da energia do Estado do Paraná.

Quando recebi há dois, três dias em Ponta Grossa a conta de energia elétrica do apartamento onde moro, senhor presidente, o que é que eu fiz? A leitura que eu vejo nesta conta de energia elétrica da Copel é de que o aumento que veio na conta de energia elétrica não é um aumento de 15% e sim de 22%, senhor presidente, senhores deputados, aonde explica o próprio boleto de pagamento, aqui, a conta de energia elétrica era de R\$148,00 (cento e quarenta e oito reais) para um consumo de 269 quilowatts de energia, só que com o reajuste tarifário da energia ele subiu para cento e oitenta reais.

Um reajuste de 22%, aonde eu terei que pagar R\$31,93 a mais pela energia elétrica do mês de agosto! A minha conta de luz vence no dia 27 agora. Só que para quem pagar em dia, terá um desconto de 22%.

Aí pergunto, senhor presidente: quem consegue pagar a conta em dia no Estado do Paraná? Os ricos! As pessoas que têm um poder aquisitivo razoável e que conseguem pagar em dia a conta da energia!

Senhor presidente e senhores deputados, o consumidor de energia elétrica no Estado do Paraná se não

pagar religiosamente em dia, vai perder o desconto que é concedido pela Copel!

Enfim, de Novo os pobres, as pessoas com menos poder aquisitivo, sofrendo novamente porque são eles que não conseguem pagar em dia a sua conta.

Nobre deputado Jocelito, o senhor que é um grande defensor das causas populares e eu sou testemunha, na cidade de Ponta Grossa. Viu só, esse é o nosso governo, o governo dos paranaenses! Esse governo que aumentou em 22% as tarifas de energia e está dando um desconto de 22%. Mas, para aqueles que pagarem em dia as contas de luz!

E milhares e milhares de paranaenses, nós sabemos, não conseguem pagar em dia, muitas vezes porque o próprio recebimento, o salário dele, não casa com a conta de energia elétrica.

Um grande prejuízo para todos nós que moramos e consumimos energia no Estado do Paraná.

O Sr. Jocelito Canto

Permite-me um aparte, deputado?

(Assentimento)

Acho que é por isso que o ex-governador Álvaro Dias, essa semana, rompendo o silêncio após as eleições, concedeu entrevista no rádio, no jornal.

Não sei se aqui na capital já circulou essa entrevista do ex-governador Álvaro Dias, disse que o governo do governador Roberto Requião é um verdadeiro estelionato político.

Acho que é por causa disso.

Muito obrigado.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Essa entrevista do senador Álvaro Dias está nos jornais da cidade de Ponta Grossa, que no domingo publicaram.

Só quero, para concluir aqui, nobre deputado Durval Amaral, Valdir Rossoni, Fernando Carli, Jocelito Canto, a Copel é nossa! E por ser nossa, temos que pagar um aumento de 22% da energia do Estado do Paraná!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

PT, deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, uso o Horário da Liderança do Partido dos Trabalhadores nesta tarde de hoje, com muita alegria.

Primeiro, para confirmar um convite aos senhores deputados amanhã durante a Sessão Plenária, no Horário do Pequeno e do Grande Expediente, estarão aqui na Assembléia Legislativa, os atletas que foram premiados nos Jogos Pan Americanos, agora lá em Santo Domingo.

Todos nós sabemos que o Paraná teve vinte e oito medalhista, em várias modalidades desporte que foram

premiados. É um dos Estados que mais premiação recebeu de todo o Brasil.

Acho que é orgulho para todos nós paranaenses, principalmente neste ano que comemoramos 150 anos de emancipação do nosso Estado, que na próxima 6ª feira terá uma solenidade organizada e dirigida pelo deputado Rafael Greca, aqui no Plenário da Assembléia. É com muita alegria que amanhã vamos poder dar um abraço e prestigiar este símbolo que foi a conquista no Pan Americano, por parte dos atletas paranaenses.

Mas, o Paraná não está de júbilo apenas no atletismo, naquilo que é mais importante talvez para a vida de nós, seres humanos, que é a cultura, nós paranaenses também temos algo para nos orgulhar e para servir de estímulo para que o Estado do Paraná estabeleça uma verdadeira política cultural no nosso Estado. No Festival de Gramado de Cinema, que aconteceu neste final de semana, nós tivemos um longa metragem premiado, todos nós sabemos, produzido por um paranaense, que é o Maurício Apel e pelo Paulo Moreli, que era o diretor. E mais ainda, um curta metragem do nosso cineasta curitibano que militam no cinema, no audiovisual do nosso Estado e do nosso País, que é o Fernando Severo, conhecido do meio cultural paranaense e que ganhou um prêmio de curta metragem lá no Festival de Gramado.

Isso é muito orgulho para nós! Não tenho lembrança de que tivéssemos realizado um feito dessa natureza nos últimos festivais que aconteceram no território brasileiro.

É preciso destacar que no Estado do Paraná, apesar da incipiente política cultural ligada à filmografia do nosso Estado, em Cascavel, na região do Oeste do Paraná, estudantes, pessoas que militam na área da cultura, constituíram, ao longo desses últimos dez anos, sem apoio da Prefeitura, e muito menos apoio do governo do Estado, porque nós não temos, na área de cultura para o Estado do Paraná, do ponto de apoio e fomento ao setor cultural. Lá em Cascavel há um pólo de cultura, sobretudo na área de cinema, a espera de estímulos no que diz respeito a apoio que essa atividade artística seja desenvolvida no interior do nosso Estado.

É com esse objetivo e tentando fazer uma homenagem à cultura e à arte do nosso Estado, é que estou entrando com um projeto de lei nesta Casa, que institui o Prêmio Estadual de Cinema e Vídeo, a ser organizado através da Secretaria de Estado e Cultura do nosso Paraná.

Para vocês terem uma idéia, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, só vou dar esses dois exemplos. Em Santa Catarina tem um Prêmio Estadual de Cinema e Vídeo que dá um milhão de reais para um longa metragem. Então, é feito um concurso público, os roteiros são enviados para a Secretaria da Cultura, que, através de uma equipe especializada de cineastas nacionais, fazem a avaliação e selecionam um dos roteiros e aquele que for selecionado, ganha um milhão de reais para produzir um longa metragem. De média metragem temos três prêmios

com o valor de duzentos e cinquenta mil e de curta metragem, temos um valor entre cinquenta e cem mil. Temos cinco prêmios para curta metragem no Estado de Santa Catarina.

No Rio Grande do Sul, a premiação é maior ainda para desenvolver o cinema. E no Paraná, pasmem os senhores, não temos um centavo de prêmio para o cinema no nosso Estado!

Então, é com esse objetivo de re-entender a cultura, de re-entender as necessidades do nosso Estado é que estou colocando um projeto e que espero que tramite com brevidade, porque vamos discutir o Orçamento do Estado agora nos meses de outubro e novembro. Gostaria que, na dotação orçamentária, fosse possível ser vislumbrada, ser apensada na peça orçamentária para que, no ano que vem, a secretária da Cultura do Estado do Paraná, a nossa querida Vera Mussi, que é abnegada e que se empenha nas questões de cultura do nosso Estado, sobretudo neste período em que vamos comemorar 150 anos da emancipação do nosso Estado, é o momento de afirmarmos a nossa emancipação, a nossa identidade, entendemos que o setor cultural merece a prioridade e o apreço de nós, deputados estaduais, representantes do povo do Estado do Paraná.

Tenho a imensa satisfação de solicitar aos senhores deputados também uma moção de aplausos e um abraço e parabéns aos dois cineastas e ao produtor, Maurício Apel, que aprovaram agora, no Festival de Gramado, tanto o filme do Moreli, do Maurício Apel, que diz respeito à vida cultural do Estado do Paraná e da nossa história, como também a do nosso querido Fernando Severo, que ganhou um prêmio na questão do curta metragem.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Horário da Liderança: PMDB.

O SR. RENI PEREIRA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, gostaria de registrar a presença nesta Casa, na data de hoje, da equipe de futebol de salão de Santa Terezinha de Itaipu, que está participando da final dos Jogos Escolares do Paraná, representando a região do Oeste aqui na Capital.

Que Deus os ilumine e que eles tenham um bom resultado, e honrem cada vez mais o nosso Oeste.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Devidamente registrado.

Com a palavra o deputado Rafael Greca, no Horário da Liderança do PMDB.

O SR. RAFAEL GRECA

Senhor presidente, senhores deputados.

O dia de hoje marca a recordação do suicídio de Vargas e a renúncia de Jânio Quadros. Foram etapas na luta pela libertação do nosso País e do povo brasileiro e merecem reflexão.

Getúlio Vargas, caudilho de fronteira, comandou a Revolução de 30, período no qual se realizou a transição entre a Velha República e o Brasil moderno - retornou, nos braços do povo, em 1950, para iniciar a grande Revolução Nacionalista que resultou na criação da Petrobrás, na inspiração do Brasil nacionalista moderno, privatizado depois no entreguismo da recente Era FHC - Fernando Henrique Cardoso.

Jânio Quadros, ao contrário, era uma contrafação das elites, dispostas à destruição das conquistas que se consolidavam com Getúlio, respeitadas por Juscelino Kubitschek, a quem o povo adorava chamando nosso querido JK.

Jânio não enganou por muito tempo. A recordação desses fatos lembra que um político matreiro, como José Maria Alckmin, por exemplo, teve a acuidade, ante o Congresso atônito, quando seu presidente, senador Auro de Moura Andrade, já ia examinar a renúncia de Jânio, de dizer: “renúncia é um ato unilateral, voluntário, de autonomia de vontade. O Congresso não tem porque examinar; cabe-lhe, apenas, a conhecer e declarar o cargo vago!”

Jânio, afinal, deve ter-se curado da bebedeira rapidamente.

A primeira parte do seu plano, a Congressual, não havia dado certo...

As massas, também não vieram em sua defesa.

A bravata acabou mal-sucedida, sob seu choro convulsivo, agarrado a Dona Eloá, ante o olhar atônito da filha, Tutu Quadros, na Base Aérea de Cumbica.

Fidel Castro e Péron tiveram melhor sorte, carregados, reintegrados pelo delírio das massas ficaram como ditadores por muito tempo.

E o governador gaúcho, Leonel Brizola, escreveu uma das mais belas páginas da nossa história, a partir desse dia 24 de agosto, com a “Campanha da Legalidade”. Ele mobilizou os brasileiros para a posse constitucional do vice-presidente eleito, João Goulart, que alguns golpistas tentaram impedir.

Sei que Jânio passou por aqui, estudou entre nós no Paraná, deixou amigos, mas o seu espírito aventureiro, depois golpista, acabou levando-o ao descrédito. Foi uma contrafação, urdida pelas elites.

Mas o relembro como agente de uma falsidade: nunca foi levado à renúncia; ao contrário, simulou teatralmente, confessaria, anos mais tarde, ao neto John-John, agora Jânio Neto, porque o nome John-John foi inventado pelo jornalista Ruy Nogueira. Ele foi autor de uma encenação que julgava épica, mas que acabou resultando no ridículo.

Lembro esses fatos para chamar a atenção de V. Exas., para refletirem sobre as conseqüências do incidente de falsidade, que ficou comprovado no episódio que tentaram envolver o nosso partido, o PMDB, em um mal engendrado “caixa 2” de campanha eleitoral, quando o pretenso sindicato-doador foi constituído há pouco, em 21 de junho deste ano e o primeiro turno das últimas elei-

ções foi em 06 de abril de 2002. Nunca uma acusação ficou tão desmoralizada. E além de tudo, sindicato não pode fazer doação de campanha, nem muito menos contribuir para partido político. É crime eleitoral!

Deixemos de lado as loucuras de Jânio.

Recordemos o desespero, o sitiamento de Getúlio Vargas no belo Palácio do Catete, naqueles dias de agosto de 54, em vias de deposição, que acabou levado ao suicídio, revertendo a situação fatal que o levaria à ruína.

Reflico muito sobre esse monopólio para a inverdade adredemente transformada em falsa-verdade, massificada, gerando a estupefação e o nocaute até para orientar e conduzir a nossa defesa.

Já sofri a unanimidade acústica da calúnia e da difamação! Já fui vítima, tanto quanto Vargas, da traição e da fritagem, quando acreditava em vozes falsas, que me mentiram, tanto quanto me iludiram.

Quando no episódio dos bingos, ao tempo de eu ministro, fui vítima das falsidades das versões contra a verdade dos fatos. Vejo hoje se tentar ser imposto contra o nosso governo e o nosso governador. Mas eu resisti na pujança da minha juventude. Sei que sou tão forte quanto o Requião, na capacidade de resistência, embora mais suave na agressividade. Nossa diversidade nos complementa nessa caminhada para o futuro. Juntos venceremos os adversários e os quinta coluna que tentem transformar o PMDB ou as hostes do governo ou do Paraná em um episódio de factóides, que tenta atropelar a verdade de uma eleição limpa, em um factóide de uma outra eleição, que está, sim, porque não os temo, conheço por inteiro e não tenho medo de denunciar.

Era isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Liderança do Governo; Liderança da Oposição.

Deputado Ratinho Júnior, quando eu assumi a Mesa, já estava no horário do PT, deputado Ângelo Vanhoni, que é o penúltimo Horário das Lideranças.

Disse-me V. Exa. que havia solicitado a inscrição no horário do PPS?

O SR. RATINHO JÚNIOR

Solicitei o horário do PPS, mas acredito que devia ter muitas pessoas no momento e esqueceram de colocar o meu nome.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

V. Exa. tem a palavra no horário do PPS.

O SR. RATINHO JÚNIOR

Senhor presidente, senhores deputados, fiquei muito feliz em ver que o meu projeto de lei estava em pauta hoje, nesta Sessão, depois de três meses na CCJ em regime de urgência.

Passando pela Comissão, ele veio a este Plenário sem o parecer delas. Sabemos da importância dos parece-

res, principalmente da CCJ, para os projetos autorizatórios, os projetos de indicação e os projetos de lei. Fiquei agora sabendo que ele vai ter que retornar à CCJ para ter o parecer oficial para voltar ao Plenário.

Nós estamos de acordo para que volte à CCJ, que siga os trâmites legais, que ele venha da maneira correta para ser votado. O que nos deixa apenas um pouco chateados é a demora com que as coisas vêm acontecendo, principalmente na CCJ.

Nós sabemos que os deputados trabalham, inclusive estava sendo discutido que os pareceres da CCJ caminhassem mais rápido.

O que nós queremos, deputado Bradock é que seja mais rápido, porque o senhor como deputado da área de segurança, sabe das necessidades das pessoas hoje para que projetos que venham melhorar a segurança da população tenham um trâmite mais rápido na CCJ. E o senhor, como conhecedor da segurança pública sabe desta necessidade.

O que nós queremos é que venha o parecer correto, dizendo se é constitucional ou não, mas que venha mais rápido.

Concedo o aparte ao deputado Bradock.

O Sr. Delegado Bradock

Eu queria parabenizar V. Exa. por essa atitude. É assim que se faz política.

Tenho certeza que a CCJ e a Comissão de Segurança, da qual sou presidente, em pouquíssimo tempo daremos uma resposta a V. Exa. nesse projeto que, no ver de V. Exa. e no meu ver, também o mérito dele é muito bom; não vamos discutir aqui a parte técnica do projeto.

Gostaria então de parabenizá-lo aqui, de público, porque é muito válido o caráter de uma pessoa.

O senhor pode contar comigo na CCJ e na Comissão de Segurança, para que o mais rápido possível o seu projeto tenha o parecer, de acordo com o que se exige.

Muito obrigado.

O SR. RATINHO JÚNIOR

Não tenho dúvida que terei o apoio do deputado e da grande maioria dos deputados que fazem parte da CCJ e deste Plenário, porque é um projeto de bem, é um projeto que vem ajudar o desarmamento, até porque hoje o Paraná é o segundo Estado em maior arsenal de armas do Brasil.

Então, é preciso tomar uma atitude, como eu sei que tem outros projetos de outros deputados tramitando, em busca do aumento do desarmamento no Estado do Paraná.

Com o aparte, o deputado Marcos Isfer.

O Sr. Marcos Isfer

Agradeço o aparte, deputado Ratinho Júnior, para reiterar as palavras já ditas pelo nosso deputado Bradock.

Efetivamente V. Exa. sabe do apreço por este projeto, inclusive do governador Requião, que já disse em

inúmeras oportunidades que gostaria de ver seu projeto de lei implantado e transformado em lei.

Da mesma forma, quero aproveitar o horário do nosso Partido, o PPS, e registrar nosso protesto, nossa indignação, a nossa tristeza ao tomarmos conhecimento, durante o dia de hoje, do afastamento da jornalista Luciana Pombo e da sua equipe, dentro do programa que era feito na Transamérica Light, aliás um programa de jornalismo que trazia a esta emissora que não é uma emissora do Paraná, um momento muito importante e talvez o momento em que mais paranaense a rádio se transformava.

Então colocar aqui o nosso protesto em relação à direção da rádio que tira este importante momento de jornalismo do paranaense.

O SR. RATINHO JÚNIOR

Fica o nosso protesto porque nós sabemos do trabalho da Luciana.

Com o aparte o deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin

Deputado Ratinho Júnior, da mesma forma que o deputado Bradock colocou, eu quero cumprimentar V. Exa. pela determinação na busca do objetivo que é o de aprovar o seu projeto de lei.

V. Exa. apresentou o projeto já há quanto tempo? Três meses que V. Exa. apresentou o projeto, a CCJ é a primeira Comissão que ele deveria passar, não é isso? Então, é simplesmente indagar ao presidente da CCJ, que coloque em pauta e que todos nós, membros da CCJ, possamos nos manifestar lá dentro.

Muito obrigado.

O Sr. Barbosa Neto

Senhor deputado Ratinho Júnior, também quero parabenizá-lo, como membro da Comissão de Segurança da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná por essa iniciativa, e dizer que, através de atitudes como essa que tiram as armas, principalmente, das mãos de marginais e daqueles que não tem o “know-how” para utilizar armas de fogo, é que vamos diminuir a criminalidade em nosso Estado e em nosso País.

Já ouvi falar que o governador Roberto Requião e o presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva também são favoráveis a esse projeto. E tenho certeza que ele também vai ser aprovado, aqui, nesta Casa, porque tenho também a plena convicção que não há nenhum dos 54 deputados dessa Casa que faça “lobby” em favor da indústria do armamento em nosso País.

E tem mais, apenas um dado que nos aterroriza, e que deixa a gente cada vez mais preocupado em média 14,16 pessoas são assassinadas em média num final de semana prolongado na Região Metropolitana de Curitiba. Londrina já está beirando o número de 200 pessoas que morreram assassinadas. Infelizmente, a cada 13 minutos uma pessoa morre no Brasil vítima de disparo de arma de fogo.

Por isso que o seu projeto, apesar de algumas críticas isoladas, principalmente daqueles que não conhecem a segurança pública, merece urgentemente ser apreciado pelas Comissões desta Casa, para que nós possamos aprová-lo.

O SR. RATINHO JÚNIOR

Muito obrigado, deputado Barbosa Neto.

Nós sabemos da busca incansável dos deputados da Assembléia para melhorar a segurança pública. Agora, um projeto que o governador Roberto Requião já deu o parecer favorável, inclusive dizendo que quer implantá-lo no projeto da Segurança Pública do Estado.

Eu não tenho dúvidas de que esse projeto aqui na Assembléia, vai passar o mais rapidamente, e se esse projeto salvar uma vida, esse projeto já valeu a pena.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 senhores deputados.

Apenas comunicando aos senhores deputados que projetos em pauta que não conste o parecer CCJ, voltará para a CCJ. No caso daqueles que, obviamente necessitem.

Sobre a mesa, Indicação nº 075/2003, de autoria do deputado Reni Pereira, constante do expediente, sugerindo a criação de um programa denominado “Sociedade Esporte e Educação”, como geradores de vida saudável e formação de cidadãos”. **À Comissão de Educação, Cultura e Esporte.**

Projeto de resolução de autoria da deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria da deputada Arlete Caramês, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Alexandre Curi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em nº de 03 (três) de autoria do deputado Artagão Júnior, constante do expediente.

Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1729, de autoria da Sra. deputada Elza Correia, constante do expediente, solicitando licença para tratamento de saúde pelo prazo de 20 (vinte) dias, conforme atestado médico. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passo a Presidência ao senhor deputado Hermas Brandão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos deputados.

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 009/2003, de autoria dos deputados Hermas Brandão e Natálio Stica, que institui o Regimento Interno da Escola do Legislativo do Estado do Paraná. **PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA. EMENDAS DE PLENÁRIO E SUB EMENDA DA COMISSÃO EXECUTIVA. COM PARECER FAVORÁVEL. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Aprovada a emenda.**

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 029/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Dr. Daniel Portela - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede no distrito de Jaracatiá e foro município de Goioerê. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Aprovada a emenda.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 054/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação para a prefeitura municipal de Goioerê, dos Lotes de Terras nºs 01 a 17, da Quadra 114 da Planta Geral da cidade de Goioerê, de propriedade do governo do Estado do Paraná, para construção de prédio destinado ao funcionamento de escola municipal. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CTIC. EMENDA DA CCJ. Aprovada a emenda, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 055/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação para a Associação dos Diabéticos e Hipertensos de Goioerê - Adhigo, do Lote de Terra nº 02, da Quadra 56 da Planta Geral da Cidade de Goioerê, de propriedade do governo do Estado do Paraná,

para a construção da sede própria da entidade. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CTIC. EMENDA DA CCJ. **Aprovada a emenda, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 229/2003, de autoria do deputado Tadeu Veneri, que declara de Utilidade Pública a Fundação de Assistência a Criança Cega - Face, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 240/2003, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública o Instituto São Miguel Arcanjo com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 247/2003, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Espírita Allan Kardec com sede e foro na cidade de Irati. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 302/2003, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e a Infância - APMI, com sede no município de Tamarana e foro no município de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 343/2003, de autoria do deputado Nelson Garcia, que altera o Artigo 1º da Lei nº 13.859 de 16.11.2002, que declarou de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Comunidade Nossa Senhora de Fátima, com sede e foro no município de Icaraíma. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 356/2003, de autoria do deputado Dobrandino da Silva, que declara de Utilidade Pública o Lar de Apoio as Crianças e Adolescentes de Foz do Iguaçu - Laca, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 030/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a APM, Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Jardim Primavera - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Goioerê.

PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 001/2003, de 18.02.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 030/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Nelson Tureck que declara de Utilidade Pública a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Jardim Primavera - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Goioerê.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 05.08.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 031/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a APM, Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Ladislau Schicorski - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Goioerê. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 001/2003, de 18.02.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 031/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Nelson Tureck que “declara de Utilidade Pública a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Ladislau Schicorski - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Goioerê”.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 05.08.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 173/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que estabelece compensações visando garantia a segmentos do setor Agroindustrial e restabelecimento das condições de competitividade, diante de produtos importados do exterior,

afetados por regimes jurídicos que prejudiquem a livre concorrência. PARECER CONTRÁRIO DA CCJ. PARECERES FAVORÁVEIS DA CE E CAIC. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CAIC. (Publ. no DA nº 014/2003, de 02.04.2003).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 173/2003

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 173/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, estabelece compensações visando garantir a segmentos do setor agroindustrial o restabelecimento das condições de competitividade, diante de produtos importados do exterior, afetada por regime jurídicos que prejudiquem a livre concorrência.

Fundamentação

O projeto apresenta óbice de natureza legal e constitucional tendo em vista procura transferir ao Estado o custo da concorrência sofrida pelos produtores paranaenses com a entrada dos produtos estrangeiros no Brasil.

Na verdade, o projeto significa na prática a redução da alíquota do ICMS para os produtores paranaenses.

O projeto é meritório porque procura preservar os empresários e produtores paranaenses, todavia não está de acordo com as exigências previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal.

O artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal assim dispõe:

“Art. 14 - A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias e pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do artigo 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 1º - A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado”.

Conclusão

Pelo exposto, opino desfavoravelmente à sua regular tramitação. Com o recato devido, sugiro a tramitação na forma de indicação legislativa, que com certeza estaria sendo sanada a alegada ilegalidade.

Sala das Comissões, em 06.05.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 173/2003

P A R E C E R :

Relatório

O presente Projeto de Lei nº 173/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que estabelece compensações visando garantir a segmentos do setor agroindustrial o restabelecimento das condições de competitividade, diante de produtos importados do exterior, afetada por regime jurídicos que prejudiquem a livre concorrência.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar, conforme dispõe o parágrafo 3º do artigo 33, do Regimento Interno, entende que o presente projeto busca solucionar, através de uma nova ótica normativa, algumas questões tributárias, de há muito conhecidas, existentes no âmbito tributário do ICMS, que por vezes cria empecilhos à comercialização de produtos industriais paranaenses no mercado de outros Estados, principalmente em decorrência de condições mais favoráveis concedidas a produtos oriundos do exterior, como vem ocorrendo, por exemplo, com a questão da farinha de trigo importada.

Conclusão

Assim sendo, somos pelo parecer favorável à aprovação do projeto de lei em tela.

Sala das Comissões, em 27.05.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
VANDERLEI IENSEN - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PROJETO DE LEI Nº 173/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre deputado Hermas Brandão, estabelece compensações visando garantir a segmentos do setor agroindustrial o restabelecimento das condições de competitividade, diante de produtos importados do exterior, afetados por regimes jurídicos que prejudiquem a livre concorrência.

Após receber parecer das duntas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, a Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio foi chamada para opinar sobre o projeto em tela.

Entendendo que o mesmo irá defender o produtor paranaense e a economia do Estado num todo, apresentamos parecer favorável ao Projeto de Lei nº 173/2003, com Emenda Substitutiva Geral, acrescentando dois artigos ao mesmo.

Sala das Comissões, em 20.08.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES
Presidente e Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 173/2003

Art. 1º - O contribuinte do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadoria e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações - ICMS, que comprovar estar sendo prejudicado na livre concorrência no mercado nacional, diante de produtos importados do exterior em condições tributárias ou financeiras relativas ao ICMS mais favoráveis do que as vigentes para as operações com seus produtos agroindustriais produzidos no Estado, poderá obter uma compensação que lhe permita neutralizar tal vantagem competitiva.

Art. 2º - O contribuinte, individualmente, ou órgão de classe do setor produtivo que o represente, para obter a compensação referida no artigo anterior, deverá comprovar a existência de regime jurídico em vigência relativo ao ICMS, quer seja tributário, quer seja financeiro, que lhe dificulte ou impossibilite o acesso ao mercado.

Art. 3º - Para aplicação do disposto na alínea “b” do artigo 4º, da Lei 13.214, de 29 de junho de 2001, compreende-se como farinha de trigo também a mistura pré-preparada para fabricação de pães, classificadas no Código 1901.20.0 da NBM/SH.

Art. 4º - Ficam convalidadas as operações interestaduais praticadas, a partir de 29 de junho de 2001, com mistura pré-preparada para fabricação de pães, classificadas no Código 1901.20.0 da NBM/SH, que adotaram o entendimento explicitado no artigo anterior.

Art 5º - Esta lei, que será regulamentada pelo Poder Executivo, entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 20.08.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Presidente e Relator

Em votação.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Para encaminhar.

Senhor presidente, temos um projeto - inclusive de vossa autoria - que trata de compensação ou da mitigação dos prejuízos causados à agroindústria do Estado do Paraná, em função de importação onde os produtos, lá fora, por uma razão financeira ou tributária, acabam causando prejuízos à nossa agroindústria. Do ponto de vista do mérito é um projeto extremamente atual, que contempla os interesses da economia do nosso Estado.

Fui o responsável pela CCJ a proferir o relatório. Junto com os demais companheiros, apresentei o relatório, que teve parecer desfavorável. Permita-me V. Exa.

que eu faça a leitura do relatório, porque a própria Lei Complementar 24/75 e a Lei Complementar 101/2001 - esta última no seu artigo 14, diz: “A concessão ou a ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, deverá ser acompanhada da estimativa do impacto orçamentário e financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes. Atendendo ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias em, pelo menos, uma das seguintes condições:

Demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do artigo 12 da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 1º - A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique discriminação de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.” O que estamos tendo aqui é um tratamento diferenciado.

Por essa razão, esse relator e esse deputado na CCJ, deu parecer contrário, encaminhando para que o projeto fosse indicado. Por quê? Porque aí caberia ao Executivo encaminhar o respectivo projeto de lei, apresentando as condições que exigem tanto a Lei 101, como a Lei 124/75.

Ocorre que, através da informação da Liderança do Governo, encaminhou à Secretaria da Fazenda um informativo, e a área técnica da Secretaria deu um parecer análogo ao nosso, de que ele não devia ser acompanhado. Entretanto, a chefia do gabinete do secretário da Fazenda instruiu um relatório no sentido de que, esse projeto de lei vem corrigir problemas, já apresentado na tributação política-tributária do Estado do Paraná. Não sou contrário ao mérito, mas quero, até por questão de coerência e convicção do que fiz na CCJ, posicionar-me contrário nesta primeira votação, porque trata da admissibilidade. Entretanto, a Secretaria da Fazenda deixa um buraco aberto para que nós, os deputados, usemos o próprio expediente que hoje ela encaminha para cá, para justificar.

Esta é uma colocação que vou guardar este parecer da Secretaria da Fazenda, como um primor. Porque na hora em que tiver que decidir na Comissão de Constituição e Justiça como relator, vou basear-me no parecer político que fez. Não sou contrário, mas vou passar a observar as questões políticas que fez a Secretaria da Fazenda.

Esta é a nossa explicação do voto na CCJ, e no voto que daremos ao Projetos de Lei nº 173, na sua primeira votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Só para informar ao Plenário, - pois sou autor do projeto, que regimentalmente ele tem condições de ser votado, porque tem um parecer favorável de duas Comissões, da Comissão de Finanças e da Comissão da Agri-

cultura, Indústria e Comércio. Além disso, o parecer favorável do Poder Executivo, representado pela Secretaria da Fazenda, foi pedido que desse tramitação no projeto e que o mesmo fosse analisado por essa Casa, sendo favoravelmente a Secretaria, ao projeto.

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)

Quando há parecer contrário da CCJ, o projeto automaticamente não fica sem condições de vir ao Plenário, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Como há um parecer favorável de duas Comissões, de acordo com o Regimento Interno dessa Casa, está em condições - artigo nº 126 do Regimento Interno - de ser analisado por essa Casa.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Um função de ter sido invocado o artigo 126, pergunto à Mesa: como é que ficaria o artigo 124, parágrafo 4º?

(Lê):

“Os projetos deverão ser assinados por seus autores e divididos em artigos. Parágrafo 4º - não será considerado objeto de deliberação o projeto manifestamente inconstitucional ou anti-regimental.”

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Olha, deputado! Justamente nós estamos reformulado o Regimento Interno da Casa para dirimir essas dificuldades que temos hoje. Um artigo fala uma coisa, outro, fala outra. E V. Exa. faz parte dessa Comissão que está, inclusive, revendo esta Comissão que é presidida pelo deputado Vanderlei Iensen, V. Exa. tem participado constantemente, tem nos ajudado muito inclusive, com o belíssimo trabalho que vocês têm feito, para dirimir todas essas dúvidas no próximo Regimento Interno. E não temos mais essas dificuldades que temos hoje, quando temos que decidir.

Pela ordem, deputado Bradock.

O SR. DELEGADO BRADOCK (Pela Ordem)

Acho que não tem nada a ver que venha a votação hoje para o Plenário, até porque a primeira votação é para verificar a constitucionalidade do projeto. Esse projeto tem pelo menos um parecer da CCJ; já aconteceu de virem outros projetos para cá, com pareceres contrários da CCJ e serem votados.

Então, acho que aí não há problema algum.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está em votação o projeto. **Aprovado**, com o voto contrário do deputado José Maria Ferreira.

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 295/2003, de autoria do deputado Ratinho Júnior, que institui o sistema de

pontuação para merecimento aos integrantes da Polícia Civil e da Polícia Militar em casos de apreensão de armas. **SEM PARECERES. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no DA. nº 039/2003, de 27/05/2003).**

No entendimento entre o autor e os membros da CCJ e da Comissão Segurança. Nós devolveremos a CCJ e a Comissão da Segurança para que em 48 horas, forneçam os pareceres.

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 320/2003, de autoria do deputado Neivo Beraldin, declara de Utilidade Pública a Associação de que Pais e Mestres da Escola Municipal Arnaldo Busato, ensino de pré e 1º grau, com sede no município de Mariluz e foro no município de Cruzeiro do Oeste. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA. 043/2003, de 03/06/2003).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 320/2003**

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Neivo Beraldin, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Arnaldo Busato, ensino de pré e 1º grau, com sede no município de Mariluz e foro no município de Cruzeiro do Oeste.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 05.08.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 361/2003, de autoria da deputada Elza Correia, que declara de Utilidade Pública o Clube de Mães do Conjunto Habitacional Vivi Xavier, com sede e foro no município de Londrina. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA. 050/2003, de 23/06/2003).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 361/2003**

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria da deputada Elza Correia, que declara de Utilidade Pública o Clube de Mães do Conjunto Habitacional Vivi Xavier, com sede e foro no município de Londrina.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de

acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 05.08.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 367/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano, declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Paranaense de Portadores de Doenças Reumáticas, de Curitiba, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA. 051/2003, de 24/06/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 367/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Doutor Luciano, que declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Portadores de Doenças Reumáticas, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 05.08.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 18

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 004/2003, de autoria do deputado Delegado Bradock, que sugere a criação do Batalhão de Operações Especiais em todo o Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA SP. **Aprovado. (Publ. no DA. 004/2003, de 23/04/2003).**

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA INDICAÇÃO Nº 004/2003

P A R E C E R :

A indicação apresentada pelo deputado Delegado Bradock, e nesta Comissão de Segurança Pública para parecer, objetiva encaminhar sugestão de ao chefe do Poder Executivo, para a criação do Batalhão de Operações Especiais - Bope, com competência em todo território estadual, devendo fazer parte deste Batalhão, a Companhia de Choque e seus grupos, dotados da devida infra-estrutura material e humana necessária.

O conteúdo desta proposição é o de aprimorar a prevenção e repressão ao crime, acompanhando a evolução e a especialização dos criminosos, sempre um passo à frente dos poderes institucionais, que necessitam de

atualização e de grupos de homens especialmente preparados para o combate ao crime, conforme ele vem se apresentando, cada vez mais sofisticado.

Por ser medida que vem diretamente ao encontro da necessidade elementar de segurança de todo o cidadão paranaense, esta Comissão de Segurança Pública é de parecer favorável à indicação apresentada pelo ilustre parlamentar e louva o seu mérito.

Sala das Comissões, em 13.08.2003.

(aa) DELEGADO BRADOCK - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 19

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 008/2003, de autoria do deputado Delegado Bradock, que sugere a adoção de medidas relativas a percepção de gratificação de substituição para delegados de Polícia. PARECER FAVORÁVEL DA S.P. **Aprovado. (Publ. no DA nº 022/2003, de 23/04/2003)**

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA INDICAÇÃO Nº 008/2003

P A R E C E R :

A indicação apresentada pelo deputado Delegado Bradock, e nesta Comissão de Segurança Pública para parecer, visa adotar medidas relativas à percepção de gratificação de substituição para delegados de Polícia.

O escopo do projeto é o de inserir gratificação por substituição para delegado de Polícia. Isto porque, com a extinção dos chamados “delegados calças-curtas”, por decisão do egrégio Supremo Tribunal Federal, cerca de 50% dos municípios paranaenses deixaram de contar com um delegado de plantão para atendimento à população, fazendo com que delegados de polícia tenham que responder por mais de uma Delegacia, em face da falta de delegados concursados e formados em Direito.

Tal gratificação visa repor os gastos, principalmente com locomoção, desses delegados que por força do ofício atendem mais de um município. De salientar porém, que a proposta contempla somente duas substituições com a dotação orçamentária específica.

A indicação em tela é oportuna por representar mais uma reposição financeira do que efetivamente um plus, uma vez que esses delegados sacrificam seu tempo e recursos próprios para atender outras delegacias, além daquelas para as quais foram designados.

É, portanto, favorável o parecer desta Comissão de Segurança Pública à indicação apresentada pelo ilustre parlamentar e louvando seu mérito.

Sala das Comissões, em 13.08.2003.

(aa) DELEGADO BRADOCK - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 20

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 032/2003, de autoria do deputado Barbosa Neto, que sugere a criação

da Delegacia de Homicídios em Londrina. **PARECER FAVORÁVEL DA SP. Aprovado. (Publ. no DA nº 036/2003, de 20/05/2003).**

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
INDICAÇÃO Nº 032/2003

P A R E C E R :

A indicação apresentada pelo nobre deputado Barbosa Neto, e nesta Comissão de Segurança Pública para parecer, objetiva encaminhar sugestão ao chefe do Poder Executivo, para a criação da Delegacia de Homicídios em Londrina, de modo a combater, mais eficientemente, o crescente número de assassinatos naquela cidade.

Justifica o autor que em dois anos os assassinatos cresceram mais de 100%. Em 2000 foram 80 assassinatos, em 2001 foram 129, em 2002 foram 161 e nestes primeiros meses de 2003, já estamos chegando a 100 homicídios. Visa, portanto, a proposta, inverter o crescimento destes dados alarmantes, através de uma estrutura mais especializada para efetivo combate e solução destes crimes.

Ante o exposto não poderia esta Comissão de Segurança Pública manifestar-se de outra forma que não favorável à indicação apresentada pelo ilustre parlamentar, propugnando pela sua aprovação e implementação pelo Poder Executivo.

Sala das Comissões, em 13.08.2003.

(aa) DELEGADO BRADOCK - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 21

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 044/2003, de autoria do deputado Delegado Bradock, que sugere a implantação de um posto de atendimento do Corpo de Bombeiros com sede em Rio Branco do Sul. **PARECER FAVORÁVEL DA SP. Aprovado. (Publ. no DA nº 039/2003, de 27/05/2003)**

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
INDICAÇÃO Nº 44/2003

P A R E C E R :

A Indicação nº 44/2003, de autoria do senhor deputado Delegado Bradock, sugere a implantação de um posto de atendimento do Corpo de Bombeiros com sede em Rio Branco do Sul.

Chamada esta comissão a se manifestar, e com base nas justificativas apresentadas e tendo em vista a importância de se contar com uma unidade de combate a incêndio para maior segurança das comunidades a serem beneficiadas somos de parecer favorável à indicação do presente, pelo nobre deputado Delegado Bradock.

Sala das Comissões, em 20.08.2003.

(aa) DELEGADO BRADOCK - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

ITEM 22

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 045/2003, de autoria do deputado Delegado Bradock, que propõe a construção de um ginásio de esportes na cidade de Rio Branco do Sul. **PARECER FAVORÁVEL DA COPTC. Aprovado. (Publ. no DA nº 039/2003, de 27/05/2003)**

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
INDICAÇÃO Nº 045/2003

P A R E C E R :

De autoria do deputado Delegado Bradock, que sugere a construção de um ginásio de esportes na cidade de Rio Branco, à Diretoria do Paraná Esporte e Turismo.

Visto o exposto na justificativa do nobre deputado estadual Delegado Bradock é pertinente a referida solicitação, pois a construção de uma obra conforme o sugerido contribuiria para a qualidade de vida do cidadão de Rio Branco do Sul.

Diante da preocupação e justificativa do ilustre deputado, o nosso parecer é favorável, pois a grande maioria de nossas cidades vive hoje situações semelhantes, não tendo um espaço esportivo para envolver a juventude tirando-os assim da ociosidade.

Favorável é o parecer.

Sala das Comissões, em 24.06.2003.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
FRANCISCO BÜHRER - Relator

ITEM 23

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 046/2003, de autoria do deputado Dobrandino da Silva, que propõe ao Poder Executivo a redução da alíquota do ICMS na cobrança de serviços de energia elétrica e comunicação, de hotéis localizados em municípios cuja economia seja baseada no turismo, na forma que especifica. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CT. COM SUBSTITUTIVO GERAL. Aprovado. (Publ. no DA. 040/2003, de 28/05/2003).**

COMISSÃO DE TURISMO
INDICAÇÃO Nº 046/2003

P A R E C E R :

Relatório

A presente proposição, de autoria do nobre deputado Dobrandino da Silva, que propõe ao Poder Executivo a redução da alíquota do ICMS na cobrança de serviços de energia elétrica e comunicação, de hotéis localizados em municípios cuja economia seja baseada no turismo.

Fundamentação

Chamada a opinar a Comissão de Turismo encontra méritos indiscutíveis na indicação formulada pelo autor, entendendo que a medida iria auxiliar o desenvol-

vimento social e financeiro dos municípios turísticos do Estado do Paraná.

Conclusão

Sendo assim, apresentamos parecer favorável à Indicação nº 46/2003, na forma do Substitutivo Geral em anexo, que elaboramos para corrigir a redação legislativa.

Sala das Comissões, em 24.06.2003.

(aa) Dobrandino da Silva - Presidente
ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE TURISMO SUBSTITUIÇÃO GERAL INDICAÇÃO Nº 46/2003

Exmo. Senhor Governador do Estado do Paraná

O deputado Dobrandino da Silva dirige-se a V. Exa. para formular proposição nos seguintes termos:

O envio de mensagem encaminhando anteprojeto de lei, acresce inciso ao artigo 14, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, com a seguinte redação:

“Art. 14. ...

... - alíquota de 3% (três por cento) para operações e prestação de serviços com energia e comunicação destinados a hotéis localizados em municípios cuja economia seja baseada no turismo.”

Sala das Comissões, em 24.06.2003.

(aa) DOBRANDINO DA SILVA - Presidente
ADEMAR TRAIANO - Relator

Apoiamento:

Fernando Ribas Carli e Vanderlei Iensen.

ITEM 24

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 051/2003, de autoria do deputado Barbosa Neto, que sugere a concessão de auxílio transporte a todos os oficiais de Justiça. **COM PARECER FAVORÁVEL DA SP. Aprovado. (Publ. no DA. 043/2003, de 03/06/2003).**

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA INDICAÇÃO Nº 051/2003

P A R E C E R :

A indicação apresentada pelo deputado Barbosa Neto, sob exame nesta Comissão de Segurança Pública, visa sugerir ao chefe do Poder Executivo a concessão de auxílio transporte aos oficiais de Justiça do Estado, substanciado em isenção do ICMS na aquisição de um veículo zero quilômetro, popular, básico e de fabricação nacional, segundo condições a serem especificadas em regulamento do Poder Executivo.

A redução do preço final do veículo resultante da exclusão do ICMS, importará em estímulo para que a classe dos oficiais de Justiça possam adquirir veículo próprio e assim agilizar o cumprimento dos mandatos judiciais, contribuindo para agilizar a nossa Justiça.

Isto posto esta Comissão de Segurança Pública manifesta seu parecer favorável à Indicação apresentada

para que, incorporada pela aprovação deste Poder seja posta em prática pelo Poder Executivo.

Sala das Comissões, em 13.08.2003.

(aa) DELEGADO BRADOCK - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 25

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 059/2003, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que sugere a criação e implantação de uma Central de Abastecimento do Paraná - Ceasa, na região sudoeste. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CAIC. Aprovado. (Publ. no DA. 050/2003, de 23/06/2003).**

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO INDICAÇÃO Nº 059/2003

P A R E C E R :

A presente indicação de autoria da senhora deputada Luciana Rafagnin, visa sugerir a criação e implantação de uma Central de Abastecimento do Paraná - Ceasa, na Região Sudoeste.

Chamada esta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio a se manifestar, e após análise com relação ao mérito, apoiamos a iniciativa da senhora deputada, por constarmos ser a região extremamente agrícola e ter potencial de expansão bastante significativo.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 07.08.2003.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente
RATINHO JÚNIOR - Relator

ITEM 26

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 065/2003, de autoria da deputada Cida Borghetti, que sugere a criação de Programa Nova Chance - PNC (reinserção de pessoas acima de 40 anos no mercado de trabalho). **COM PARECER FAVORÁVEL DA CAIC. Aprovado.**

INDICAÇÃO Nº 065/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Exmo. Senhor Governador do Estado do Paraná.

A deputada Cida Borghetti, dirige-se a V. Exa, para expor e propor o seguinte:

1º - Propõe a criação de Programa Nova Chance - PNC, objetivando promover a reinserção de pessoas acima de 40 anos no mercado de trabalho.

2º - Estarão habilitados aos benefícios deste Programa, as pessoas acima de 40 anos, regularmente inscritas no Programa.

3º - Terão prioridade para preenchimento de vagas oferecidas pelo Programa, as pessoas acima de 40 anos

oriundas de famílias em situação de pobreza e que estejam desempregadas.

4º - Serão destinados 10% (dez por cento) das vagas preferencialmente às pessoas acima de 40 anos portadores de deficiência.

5º - Serão destinados, no mínimo, 20% (vinte por cento) das vagas preferencialmente para as mulheres que são sustentáculos de família.

6º - Será assegurada ao trabalhador a proteção da legislação trabalhista e das convenções ou acordos coletivos de trabalho ou decisões normativas aplicáveis à categoria profissional a que estiver vinculado.

7º - As relações de emprego beneficiados com os incentivos desta lei, devem estar regulares perante a legislação do trabalho e da previdência, cabendo ao empregador todos os ônus legais delas decorrentes.

8º - Poderão habilitar-se a participar do Programa, mediante a assinatura de Termo de Adesão com o Estado, as cooperativas de trabalho, as micro, pequenas e médias empresas, bem como os proprietários de áreas rurais no Estado do Paraná, assim definidos na regulamentação.

9º - Os municípios poderão participar do programa mediante o desenvolvimento de ações complementares, no âmbito de suas competências, através de convênio com o Governo do Estado.

10 - As empresas referidas no item 8º deverão apresentar plano de expansão, comprovar a não redução de postos de trabalho nos 3 (três) meses que antecedem a sua habilitação ao Programa e comprometer-se a manter os novos postos de trabalho, relativos aos benefícios desta lei, pelo período mínimo de 12 (doze) meses.

11 - As empresas que reduzirem o número de postos e trabalho e/ou descumprirem os direitos previstos nesta lei durante sua participação no Programa, além de inhabilitar-se para participação futura, deverão devolver ao Estado, na forma do regulamento, os valores recebidos.

12 - As empresas e os proprietários de áreas rurais referidos no *caput* deverão declarar a regularidade das suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias nos âmbitos estadual e federal.

13 - Os empregadores poderão, na forma do regulamento, substituir o trabalhador contratado desde que mantido no posto de trabalho e respeitada a legislação trabalhista.

14 - Poderá o Poder Executivo repassar às empresas participantes do Programa o valor mensal equivalente ao piso salarial de ingresso da categoria profissional do trabalhador, fixado em convenção ou acordo coletivo de trabalho ou decisão normativa, até o limite máximo de um salário mínimo regional por trabalhador contratado, durante os primeiros 6 (seis) meses do contrato de trabalho.

15 - Não havendo piso estabelecido em convenção ou acordo coletivo de trabalho ou decisão normativa, o valor repassado à empresa será equivalente a 1 (um) salário mínimo regional por trabalhador contratado.

16 - No caso de contratos para meia jornada de trabalho, o repasse do Estado será de metade dos valores previstos no item 14 e 15.

17 - As empresas habilitadas poderão contratar, através do Programa, até 20% (vinte por cento) de sua força de trabalho, sendo que as que contarem com até 4 (quatro) empregados poderão contratar apenas 1 (um) trabalhador.

18 - O PNC deverá ser regulamentado pelo Poder Executivo Estadual, que estabelecerá o órgão responsável pela coordenação e supervisão do Programa.

19 - O Poder Executivo publicará no Diário Oficial do Estado, trimestralmente, quadro demonstrativo do Programa Nova Chance - PNC, que deverá informar o nome da empresa habilitada, município de localização, número de postos de trabalho gerados e data de admissão do trabalhador contratado.

20 - Os recursos para o Programa poderão ser oriundos do Tesouro do Estado e de outras fontes, mediante convênios com a União, municípios, entidades governamentais e não governamentais, nacionais ou estrangeiras.

Sala das Sessões, em 17.06.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 197/2003

P A R E C E R :

O projeto de lei em tela, de autoria da deputada Cida Borghetti, cria o Programa Nova Chance - PNC e dá outras providências.

Trata-se de projeto de lei que visa criar programa nova chance, objetivando promover a reinserção de pessoas acima de 40 (quarenta) anos de idade no mercado de trabalho.

O projeto de lei, apesar de sua alta relevância, fere o contido nos artigos 66, IV, e 133, I, parágrafo 1º, da Constituição Estadual, que diz:

Art. 66 - Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 133 - Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - plano plurianual;

§ 1º - A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá de forma regionalizada as diretrizes, objetivos e metas da administração pública direta e indireta, abrangendo os programas de manutenção e expansão das ações do governo.

De acordo com o teor do projeto, vemos que se trata de matéria de competência privativa do Poder Executivo, devendo, assim, ser encaminhado na forma de indicação.

Assim, diante do óbice apontado, o projeto de lei apresenta ilegal e inconstitucional, sendo nosso parecer contrário, e como forma de preservar os nobres objetivos da deputada autora, toma a iniciativa esta relatoria de apresentar a indicação em anexo, que será encaminhada ao Exmo. Sr. governador do Estado e a Secretaria de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social, se aprovado for pelo Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.06.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 65/2003

P A R E C E R :

A presente indicação legislativa, de autoria da senhora deputada Cida Borghetti, visa sugerir a criação de Programa Nova Chance (reinserção de pessoas acima de 40 anos no mercado de trabalho).

Chamada esta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio a se manifestar, e após análise com relação ao mérito, louvamos a iniciativa da senhora deputada, por acreditarmos ser de interesse da coletividade.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 07.08.2003.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente
RATINHO JÚNIOR - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1739, de autoria da deputada Cida Borghetti, com apoio do deputado Delegado Bradock, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Há um requerimento nesse sentido, que já foi aprovado anteriormente.

Solicito aos partidos que façam a indicação dos seus membros, aqueles parlamentares que desejam participar da frente.

Está aberta a inscrição para a participação.

Requerimento nº 1716, de autoria do deputado Delegado Bradock, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1717 e 1718, de autoria do deputado Tadeu Veneri, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1719 e 1720, de autoria do deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1722, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimentos nºs 1723 a 1726, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1727, de autoria do deputado Doutor Luciano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1728, de autoria do deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1736, 1744 e 1737, de autoria do deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1741, de autoria do deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1742 e 1743, de autoria do deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1745, de autoria do deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1749, de autoria do deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1750, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1752, de autoria do deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1753 e 1754, de autoria do deputado Natálio Stica, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1734, de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1733, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1746, de autoria da deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1730, de autoria do deputado Padre Paulo Campos, com apoio dos deputados José Maria Ferreira, Tadeu Veneri, Delegado Bradock, Luciana Rafagnin e Elton Carlos Welter, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 1731, de autoria do deputado Padre Paulo Campos, com apoio dos deputados Delegado Bradock, Tadeu Veneri, Elton Carlos Welter e Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 1751, de autoria do deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. RAFAEL GRECA (**Pela Ordem**)

Quero manifestar o pesar pelo falecimento, em Curitiba, na data de ontem, do Dr. Celso Sabóia. Ilustre servidor público do Paraná, que presidiu por muitos anos

o Banestado, depois presidiu o Badep e depois integrou a equipe diretora do Banco Central do Brasil.

Aos 85 anos de idade, o Dr. Celso nos deixou. E, tivesse o governador Álvaro Dias ouvido os conselhos do Dr. Celso, não extinguiu o Badep e passado as funções de fomento do Badep para o Banestado, não teríamos tanto enredo da CPI do Banestado que hoje se desenvolve dentro desta Casa.

A sabedoria do Dr. Celso Sabóia alertou, aqui na tribuna desta Assembléia, ainda no meu primeiro mandato, que não deveria ter sido extinto o Badep. Na época o governo fez ouvidos moucos.

Então, quero registrar com grande pesar o luto da sociedade curitibana e paranaense pelo falecimento desse homem que foi grande e que foi nosso. Foi honradíssimo e merece o aplauso de todos os que tiveram o privilégio de conviver com o seu caráter pleno de lhanza e honradez.

O Dr. Celso Sabóia deixa viúva a Sra. Clea Catta Preta Sabóia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Queremos anunciar a visita do ilustre parlamentar federal, Assis Miguel Couto.

As nossas boas-vindas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 26, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 026, 046, 052, 107, 183 e 237/2003 e do de Resolução nº 011/2003.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 054 e 055/2003.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 030, 031, 320, 361 e 367/2003.

Marco ainda uma Sessão Solene em homenagem aos atletas paranaenses que representaram o Brasil nos Jogos Pan Americanos.

Levanta-se a Sessão.

Ato da Comissão Executiva:

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 90/2003

Prover, os servidores abaixo relacionados, para exercerem cargos em Comissão, junto ao gabinete da deputada Arlete Caramês, a partir de 01 de fevereiro de 2003, conforme especifica;

LUIZ HENRIQUE GUIRAUD SANTOS-DAS-2
MARCO AURÉLIO GUIRAUD SANTOS - DAS-5
MARIANA BERTEMES CAPRARO
ALINE ABRAAO GUERREIRO DE ALMEIDA
MARIA LUIZA LISBÃO TEIXEIRA DA SILVA
GERTRUDES GOETZ MARCONCIN
ADIGLE DE ANDRADE ADAMEZYK
ANA CRISTINA FAGUNDES DAS NEVES
TARLA TEIXEIRA TIBURTIUS
HILMA RITTA FONTANA ZENI
SERGIO DIAS DE OLIVEIRA
REGINA GUIRAUD SANTOS

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 06.02.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

Atos da Diretoria Geral:

O diretor geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 50/2003

Mandar incorporar, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, em favor de MARIA ELIZABHETE GUTHER CAMATI, matrícula nº 40689, funcionária deste Poder Legislativo, de acordo com o parágrafo 9º, do artigo 35, da Constituição Estadual, o tempo de seis (06) anos, oito (08) meses e dezoito (18) dias de serviços prestados na organização Clinihauer Ltda, no período de 16 de agosto de 1976 e 03 de maio de 1983, conforme Certidão do INSS.

(Prot. nº 1060/2003)

PARECER Nº 011/2003.

REF. PROTOCOLO Nº 1.059/2003

Requerente: MARIA ELIZABETH GUTHER CAMATI
Assunto: Expediente

Senhor Diretor Geral,

I - Considerando-se que a Requerente está afastada de suas atividades laborativas, tendo em vista a solicitação de sucessivas licenças médicas consubstanciadas por atestados particulares (não homologados por esta Casa de Leis), desde 17 de novembro 1999; e, a última com término previsto para outubro 2000, quedando inerte até março 2001 (sendo-lhe suspensos os pagamentos em fevereiro 2001), ensejando novo pedido administrativo de

licença médica retroativa, não apreciado por negar-se a submeter-se aos exames solicitados e, ainda, não haver sido realizada a inspeção médica oficial;

II - Considerando-se que a decisão prolatada em ação mandamental, proposta pela servidora pública estadual, em 2ª Instância, foi devidamente cumprida por este Poder Legislativo, sendo restabelecido o pagamento de seus vencimentos em outubro 2002 (vencimentos pretéritos não foram pleiteados, pois totalmente descabido por este remédio processual);

III - Considerando-se que o último pedido de licença médica (ainda não apreciado) data de março 2001, não podendo o atestado médico exercer o prazo de 15 (quinze) dias, sem que a interessada submeta-se a exame médico oficial, tornando-se injustificadas as faltas após o vencimento deste;

IV - Considerando-se, finalmente, que a Requerente protocola sucessivos pleitos administrativos, ora requerendo concessão de benefícios afetos a aposentadoria (Protocolos nºs 1.857/2001 e 1.060/2003) e licenças médicas, ora para protestar pelo objeto do presente, é que obrigo-me a opinar, ante à situação fática funcional da servidora pública em questão, pelo **Indeferimento** do pleito inaugural.

Curitiba, 10 de março de 2003.

(a) AYRTON COSTA LOYOLA
Procurador Geral

PORTARIA Nº 51/2003

Mandar incorporar, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, em favor de EDITH BAUDISCH, matrícula nº 40356, funcionária deste Poder Legislativo, admitida em 01 de março de 1984, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, lotada no Gabinete do deputado Duílio Genari, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei de nº 6.174/70, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 5652/2003)

Gabinete da Diretoria Geral, 25.08.2003.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Atas de Comissões:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA - UTILIDADE PÚBLICA

Aos doze dias do mês de agosto do ano de dois mil e três, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de

Constituição e Justiça, sob a presidência do deputado Hermes Fonseca e com a presença dos seguintes deputados: Duílio Genari, Antonio Anibelli, Marcos Isfer, Elton Carlos Welter, Chico Noroeste, Doutor Luciano, Plauto Miró Guimarães, Vanderlei Iensen e Ailton Araújo. Havendo número legal, o presidente deu por aberta a presente reunião, com base na alínea “b”, do inciso II, do artigo 28 do Regimento Interno, aprovando os projetos de lei a seguir, que objetivam declarar entidades de Utilidade Pública. 01) Projeto de Lei nº 56/2003 de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL com emenda da CCJ - APROVADO em Redação Final; 02) Projeto de Lei nº 57/2003 de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL com emenda da CCJ - APROVADO em Redação Final; 03) Projeto de Lei nº 131/2003 de autoria do deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL com emenda da CCJ - APROVADO em Redação Final; 04) Projeto de Lei nº 132/2003 de autoria do deputado Doutor Luciano. Parecer FAVORÁVEL com emenda da CCJ - APROVADO em Redação Final; 05) Projeto de Lei nº 154/2003 de autoria da deputada Luciana Rafagnin. Parecer FAVORÁVEL com emenda da CCJ - APROVADO em Redação Final; 06) Projeto de Lei nº 155/2003 de autoria do deputado Pedro Ivo Ilkiv. Parecer FAVORÁVEL com emenda da CCJ - APROVADO em Redação Final; 07) Projeto de Lei nº 275/2003 de autoria do deputado Pedro Ivo Ilkiv. Parecer FAVORÁVEL com emenda da CCJ - APROVADO em 2ª Discussão; 08) Projeto de Lei nº 358/2003 de autoria da deputada Elza Correia. Parecer FAVORÁVEL com emenda da CCJ - APROVADO em 2ª Discussão. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo presidente, pelos deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA 6ª SESSÃO ORDINÁRIA - UTILIDADE PÚBLICA

Aos dezenove dias do mês de agosto do ano de dois mil e três, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do deputado Hermes Fonseca e com a presença dos seguintes deputados: Duílio Genari, Antonio Anibelli, José Maria Ferreira, Marcos Isfer, Elton Carlos Welter, Chico Noroeste, Tadeu Veneri, Doutor Luciano, Delegado Bradock, Pastor Edson Praczyk, Nelson Justus, Durval Amaral e Neivo Beraldin. Havendo número legal, o presidente deu por aberta a presente reunião, com base na alínea “b”, do inciso II, do artigo 28 do Regimento Interno, aprovando os projetos de lei a seguir, que objetivam declarar entidades de Utilidade Pública. 01) Projeto de Lei nº 275/2003

de autoria do deputado Pedro Ivo Ilkiv. Parecer FAVORÁVEL com emenda da CCJ - APROVADO em Redação Final; 02) Projeto de Lei nº 358/2003 de autoria da deputada Elza Correia. Parecer FAVORÁVEL com emenda da CCJ - APROVADO em Redação Final. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo presidente, pelos deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
19ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de agosto do ano de dois mil e três, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do deputado Hermes Fonseca e com a presença dos seguintes deputados: Duílio Genari, Antonio Anibelli, Marcos Isfer, Elton Carlos Welter, Chico Noroeste, Doutor Luciano, Tadeu Veneri, Delegado Bradock, Pastor Edson Praczyk, Nelson Justus, Durval Amaral, Neivo Beraldin e José Maria Ferreira. Havendo número legal, o presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a Ata da reunião anterior em votação, após solicitação de dispensa da leitura pelo deputado Antonio Anibelli - Aprovada. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 430/2003, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Anibelli - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 307/2003, de autoria do deputado André Vargas e outros. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Anibelli, na forma da emenda substitutiva anexa - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 19/2003, de autoria do deputado Delegado Bradock. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 49/2003, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins. Parecer CONTRÁRIO do deputado Marcos Isfer - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 123/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Nelson Justus - APROVADO, com voto contrário do deputado Elton Carlos Welter; 06) Projeto de Lei nº 186/2003, de autoria do deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do deputado Nelson Justus - APROVADO, com voto contrário do deputado Elton Carlos Welter; 07) Projeto de Lei nº 187/2003, de autoria do deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do deputado Nelson Justus - APROVADO, com voto contrário do deputado Elton Carlos Welter; 08) Projeto de Lei nº 273/2003, de autoria do deputado Barbosa Neto. O deputado Tadeu Veneri, relator, requer a retirada de pauta da presente matéria - DEFERIDO pelo presidente; 09) Projeto de Lei nº 274/2003, de autoria do deputado Barbosa Neto. O deputado Antonio Anibelli requer a retirada

de pauta da presente matéria - DEFERIDO pelo presidente; 10) Projeto de Lei nº 286/2003, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães. O deputado Durval Amaral solicita VISTAS - Concedida pelo presidente; 11) Projeto de Lei nº 297/2003, de autoria do deputado Rafael Greca. O deputado Tadeu Veneri, relator, requer a retirada de pauta da presente matéria - DEFERIDO pelo presidente; 12) Projeto de Lei nº 350/2003, de autoria do deputado Barbosa Neto e Elza Correia. O presidente determina a retirada de pauta da presente matéria a pedido da deputada Elza Correia, autora do projeto; 13) Projeto de Lei nº 253/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano. Parecer FAVORÁVEL do deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 271/2003, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk. Parecer CONTRÁRIO do deputado Marcos Isfer - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 292/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes. O deputado Delegado Bradock solicita VISTAS - Concedida pelo presidente; 16) Projeto de Lei nº 294/2003, de autoria dos deputados Doutor Luciano e Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 303/2003, de autoria do deputado Durval Amaral. Os deputados José Maria Ferreira e Marcos Isfer solicitam VISTAS - Concedida pelo presidente; 18) Projeto de Lei nº 304/2003, de autoria do deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 305/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes. O deputado José Maria Ferreira solicita VISTAS - Concedida pelo presidente; 20) Projeto de Lei nº 357/2003, de autoria das deputadas Cida Borghetti, Luciana Rafagnin, Elza Correia e Arlete Caramês. O deputado Elton Carlos Welter - Concedida pelo presidente; 21) Projeto de Lei nº 365/2003, de autoria do deputado Pedro Ivo Ilkiv. O deputado Elton Carlos Welter, relator, requer retirada da pauta da presente matéria - DEFERIDO pelo presidente; 22) Projeto de Lei nº 368/2003, de autoria da deputada Arlete Caramês. O deputado Elton Carlos Welter solicita VISTAS - Concedido pelo presidente; 23) Projeto de Lei nº 371/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Neivo Beraldin, lido pelo deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 318/2003, de autoria do deputado Tadeu Veneri. Os deputados Marcos Isfer e Doutor Luciano solicitam VISTAS - Concedida pelo presidente; 25) Projeto de Lei nº 252/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano. O deputado Doutor Luciano, autor, requer a retirada de pauta da presente matéria - DEFERIDO pelo presidente; 26) Projeto de Lei nº 397/2003, de autoria do deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 27) Projeto de Lei nº 399/2003, de autoria do deputado Barbosa Neto. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 28) Projeto de Lei nº 401/2003, de autoria da deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 29) Projeto de Lei nº 406/2003,

de autoria do deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 30) Projeto de Lei nº 407/2003, de autoria do deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 31) Projeto de Lei nº 410/2003 de autoria do deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo presidente, pelos deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE TERRAS,
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de agosto do ano de dois mil e três, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Terras, Imigração e Colonização, sob a presidência do senhor deputado Vanderlei Iensen, mais a presença dos seguintes deputados membros da Comissão. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião, com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 54/2003 de autoria do deputado Nelson Tureck. Relator deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 055/2003 de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente agradeceu a presença dos senhores deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, dos quais, para constar eu, Rosângela Alves Cardoso, secretária desta Comissão, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) VANDERLEI IENSEN - Presidente
Rosângela Alves Cardoso - Secretária